



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/GEOGRAFIA

MARIA JOSÉ DE AGUIAR SILVA FERREIRA

PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA: o caso do Bairro Recanto dos Pássaros em
Grajaú/MA

Grajaú – MA

2023

MARIA JOSÉ DE AGUIAR SILVA FERREIRA

**PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA: o caso do Bairro Recanto dos Pássaros em
Grajaú/MA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Grajaú, como requisito para obtenção do título de Graduação em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosimary G. Rocha

Grajaú – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Maria José de Aguiar Silva.

O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA: o caso do bairro Recanto dos Pássaros em Grajaú – MA/ Maria José de Aguiar Silva Ferreira. – 2023.

p. 71

Orientadora: Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Grajaú. Curso de Ciências Humanas – Geografia, 2023.

Recanto dos Pássaros 2. Expansão 3. O espaço urbano 4. Pobreza urbana 5. Saneamento básico.

MARIA JOSÉ DE AGUIAR SILVA FERREIRA

**PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA: o caso do Bairro Recanto dos pássaros em
Grajaú/MA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Grajaú, como requisito para obtenção do título de Graduação em Geografia.

Aprovada em: 08 de Setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rosimary Gomes Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Luciano Rocha Penha (Examinador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

*Dedico esta monografia a Deus que me dá forças
necessárias para alcançar meus objetivos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder sabedoria na condução desse trabalho, de forma que não me deixou parar mesmo diante das adversidades da vida.

Aos meus pais, Maria da Conceição e Francisco, por serem incentivadores fiéis dos meus estudos desde minha infância, dando-me a oportunidade de voos mais altos daqueles que não o tiveram por diversos fatores, um deles foi de trabalhar incansavelmente para que não nos faltasse nada.

Aos meus irmãos Francisca, Maria do Socorro, José Ezequiel e Gorete que eu tive como exemplo de vida e apoio nos momentos mais necessários. Em especial minha irmã, Maria de Lourdes, que tenho grande consideração, por me ajudar com minha filha sempre que precisei e por me incentivar a correr atrás dos meus objetivos e sonhos.

Ao meu companheiro de todos os dias, meu esposo, Paulo Roberto, por me aturar nos meus momentos de stress e por cuidar tão bem da nossa família, me apoiando em tudo que proponho fazer, equilibrando minha mente e meu coração.

A minha filha, Tâmile, que me faz a cada dia ver o mundo com novas possibilidades, uma das minhas inspirações, sendo o motor que não me permite parar ou desistir.

A minha Orientadora Profa. Dr. Rosimary, pela dedicação e compreensão, que mesmo diante de várias obrigações aceitou o desafio de acompanhar-me nesse projeto, transmitindo seus conhecimentos.

Aos professores da faculdade, pelos ensinamentos apresentados, que serviram de base para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Particularmente, a Profa. Dr. Aichely e o Prof. Dr. Marcos Nicolau que me apresentaram a temática que serviu de inspiração para o tema gerador do meu TCC.

A todas as pessoas que tiraram um minuto do seu tempo para responderem aos questionários e entrevistas, em especial ao seu Orlando que concedeu seu relato sobre sobre a localidade de estudo.

Aos meus colegas de turma e amigos, pelas experiências compartilhadas nessa longa jornada. Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para concretização desse trabalho.

“Por expansão urbana se estará compreendendo o processo geral de estruturação pelo qual o assentamento original da cidade se estende, estabelecendo relações funcionais com áreas periféricas ao mesmo tempo em que diversifica suas atividades, concentra população e em que essas novas áreas incorporadas passam a estabelecer relações funcionais com sua periferia além de com o núcleo original, concentrando outros contingentes populacionais por sua vez.”

(Milton Santos)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de expansão urbana da cidade de Grajaú tendo como foco o Bairro Recanto dos pássaros, bem como os problemas socioespaciais decorrentes da ocupação desordenada e da ausência de políticas públicas que atenuem esse processo. A cidade está localizada no estado do Maranhão na região intermediária de Imperatriz, como bioma o cerrado amazônico, e na Região de Desenvolvimento das Serras para o Instituto Maranhense de Estudos Socioespaciais e Cartográficos. Esta questão urbana, vem ganhando mais notoriedade nos estudos contemporâneos, tendo em vista que sua expansão vem acompanhada de forma espontânea. Nessa abordagem, nos debruçaremos sobre esse assunto tão importante para a geografia urbana apresentando na metodologia uma pesquisa qualitativa com ênfase aos principais pontos discutidos dentro dessa temática visando um olhar crítico-reflexivo. Além disso, examinamos a descentralização de bens e serviços do centro para atender a demanda da população que se encontra mais distantes da área principal, foi discutido sobre a ligação do Programa Minha Casa Minha Vida à motivação para ocupações em suas adjacências fator avaliado no Bairro Recanto dos Pássaros onde encontrava-se antes um lixão estando situado numa área rural pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo oclusa do perímetro urbano da cidade pelo Plano Diretor Municipal, mas considerado atualmente um bairro urbano pela prefeitura mesmo sem consolidação. Assim sendo, há um desencontro de informações que nos permite termos diferentes interpretações quanto a configuração urbana do município. Esta monografia mostra ainda, como o poder público trabalha para minimizar os efeitos da expansão desordenada dentro da cidade e quais políticas foram utilizadas nesse processo. Enfim, por meio de entrevistas e dos trinta e cinco questionários realizados, foi possível confirmar que a população da localidade em estudo é carente de alguns serviços, como: transporte, infraestrutura, saúde e educação que são alimentados pelas promessas de melhorias pelo poder público.

Palavras-chave: Recanto dos Pássaros, Expansão, Espaço urbano, Pobreza urbana, Saneamento básico.

ABSTRACT

This work has the general objective of analyzing the process of urban expansion in the city of Grajaú, focusing on the Recanto dos Pássaros neighborhood, as well as the socio-spatial problems arising from the disorderly occupation and the absence of public policies that mitigate this process. The city is located in the state of Maranhão in the intermediate region of Imperatriz, like the Amazonian cerrado biome, and in the Serras Development Region for the Maranhense Institute of Socio-Spatial and Cartographic Studies. This urban issue has been gaining more notoriety in contemporary studies, considering that its expansion has been accompanied spontaneously. In this approach, we will focus on this very important subject for urban geography, presenting in the methodology a qualitative research with emphasis on the main points discussed within this theme, aiming at a critical-reflective look. Furthermore, we examined the decentralization of goods and services in the center to meet the demand of the population that is further away from the main area. The link between the Minha Casa Minha Vida Program and the motivation for occupations in its surroundings was discussed, a factor evaluated in Bairro Recanto dos Pássaros where there was previously a landfill located in a rural area by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, being hidden from the urban perimeter of the city by the Municipal Master Plan, but currently considered an urban neighborhood by the city hall even without consolidation. Therefore, there is a mismatch of information that allows us to have different interpretations regarding the urban configuration of the municipality. This monograph also shows how public authorities work to minimize the effects of disorderly expansion within the city and which policies were used in this process. Finally, through interviews and the thirty-five questionnaires carried out, it was possible to confirm that the population of the location under study is in need of some services, such as: transport, infrastructure, health and education, which are fed by the promises of improvements by the public authorities.

Keywords: Recanto dos Pássaros, Expansion, Urban space, Urban poverty, Basic sanitation.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 3 : Esquema das relações entre as cidades segundo os níveis hierárquicos.....	21
Figura 5: Uso dos diferentes espaços nas cidades.....	26
Figura 6: Banco Bradesco	35
Figura 7: Banco do Brasil.....	35
Figura 8: Banco SICCOB	36
Figura 9: Banco Santander	36
Figura 10: Rua José Rodrigues da Costa	37
Figura 11: Rua Humberto de Campos	37
Figura 12: Motoca Honda	37
Figura 13: Algumas lojas da Rua Humberto de Campos.....	37
Figura 14: Residência A.....	45
Figura 15: Residência B.....	45
Figura 16: Residência C.....	45
Figura 17: Rua inicial	45
Figura 18: Local de culto da Umbanda	46
Figura 19: Bar do bairro	46
Figura 20: Mercantil Silva	46
Figura 21: Serviços básicos disponíveis no bairro Recanto dos Pássaros	47
Figura 22: Lixos recentes no antigo lixão	48
Figura 23: Lixos recentes no antigo lixão.....	48
Figura 24: Espaço destinado ao posto de saúde.....	50
Figura 25: Construção da escola	52
Figura 26: Ônibus escolar que faz o traslado dos estudantes.....	52

GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados econômicos dos entrevistados: (a) Idade; (b) Sexo; (c) Escolaridade: (d) Renda.....	53
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevista com o secretário de infraestrutura, e poço presente no bairro Recanto dos pássaros.....	49
Quadro 2: Pergunta para a secretário de saúde.....	50
Quadro 3: Assistência social disponível no bairro.....	54
Quadro 4: Perguntas sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Bairro.....	55

MAPA

Mapa 1: Recanto dos Pássaros em Grajaú – MA.....	43
--	----

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA	Maranhão
PMCMV	Programa Minha Casa minha vida
PNH	Programa Nacional de Habitação
REGIC	Regiões de Influência das cidades
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
TCC	Trabalho de conclusão de curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA.....	14
3	A CONSTRUÇÃO ESPACIAL URBANA EM CIDADES PEQUENAS A MÉDIAS	16
3.1	Análise das cidades médias e pequenas com base na rede e hierarquia urbana.	19
3.2	Diálogo sobre o espaço urbano: delimitando o conceito	22
4	A DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA EM GRAJAÚ/MA: dilemas e especificidades.....	28
4.1	A estruturação de Grajaú/MA.....	31
4.2	Área central e descentralizada do espaço urbano	34
4.3	A problemática da expansão urbana de forma desordenada em Grajaú/MA e o surgimento de bairros periféricos.	38
5	O BAIRRO RECANTO DOS PÁSSAROS EM GRAJAÚ/MA	43
5.1	Caracterização das condições estruturais.....	46
5.2	Precarização socioespacial e indicadores de pobreza no bairro Recanto dos Pássaros	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICES	64
	APÊNDICE A – Questionário destinado a população do bairro Recanto dos Pássaros	64
	APÊNDICE B – Questionário para o Secretário de Regularização Fundiária	66
	APÊNDICE C – “Fundadores do bairro”	67
	APÊNDICE D – Buraco do antigo Lixão.....	67
	APÊNDICE E – Rua de passagem antes bloqueada.....	68
	APÊNDICE F – Buraco do lixão ligado a MA-006.....	68
	ANEXOS.....	69
	ANEXO A – Relatório do Bairro da Secretária de Assistência Social	69

1 INTRODUÇÃO

A aceleração da urbanização no Brasil por meio da migração do campo para a cidade ocorrido, especialmente, na segunda metade do século XX, ocasionou a explosão urbana no Brasil, e, devido a isso, formou-se subúrbios arredores do centro da cidade por meio de ocupações que, ao tornarem-se bairros, centralizou a vulnerabilidade socioeconômica e isso implicou no crescimento desordenado, na falta de estruturação socioespacial e das necessidades básicas para as pessoas mais carentes.

Problema esse, que está demonstrado na cidade de Grajaú, já que a expansão urbana vem sendo conduzida de forma aleatória e sem planejamento, o que tem implicado em um crescente índice de casos de posses indevidas de áreas para construção de moradias, pondo em relevo o contexto social e a forma como o poder público age nessas situações para minimizar esses problemas, revelando-se, praticamente, ausente.

É baseado neste contexto, que acreditamos ser de grande importância abordarmos esse tema, uma vez que se trata de um assunto amplo e cheio de perspectivas a serem questionadas. Para tanto, o trabalho traz, para o debate, o caso de uma recente ocupação, que fica nas adjacências do conjunto habitacional Mirante Falcão, na cidade de Grajaú. O que anteriormente, configurou-se, por ser um lixão da prefeitura cedido à população residente e, que, acabou, por se tornar, mais recentemente, um bairro denominado como Recanto dos Pássaros.

Enfatizamos que a pesquisa dar-se-á, por meio de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, onde priorizaremos as conversas formais e informais com os moradores da localidade e secretárias responsáveis. Tal abordagem servirá para que possamos conhecer e compreender, de fato, a realidade socioespacial desse bairro, estendendo isso para demais interessados, e, para que, outros discentes que queiram dá continuidade a esse tipo de trabalho, possam fazer contradições voltadas aos processos de transformações ocorridas nesse espaço ao longo do tempo, bem como, para que seus futuros moradores possam conhecer sua formação.

Características estas, visíveis no bairro Recanto dos Pássaros, localizado no estado do Maranhão na região intermediária de Imperatriz, como bioma o cerrado amazônico, também, na Região de Desenvolvimento das Serras para o Instituto Maranhense de Estudos Socioespaciais e Cartográficos, em que, lixos e chorume do antigo lixão ainda estão presentes no local, o que ocasiona graves problemas socioambientais, incluindo à saúde de seus moradores. De uma forma geral, sabe-se, também, que grande parte das residências não possuem fossa séptica, sendo que, dessa forma, utilizam-se de fossa rudimentares ou mais popularmente conhecido como buracos. Importante frisar, que, devido ao poder aquisitivo, seus

moradores não têm condições financeiras de residirem em bairros que tenham o mínimo de infraestrutura, sujeitando-se à precariedade presente no local.

Buscaremos problematizar: de que forma o processo de expansão urbana da cidade de Grajaú, tendo como foco o Bairro Recanto dos pássaros, apresenta os problemas socioespaciais decorrentes da ocupação desordenada? Por tudo isso, acreditamos que a dinâmica presente neste espaço é relevante para um estudo de caso, pois trata-se de questões do ramo da geografia urbana. Tal pesquisa servirá para que se torne visível questões de cunho social e que são muitas vezes mascaradas mediante discursos políticos de crescimento e desenvolvimento.

Temos como objetivo Geral, analisar o processo de expansão urbana da cidade de Grajaú, tendo como foco o Bairro Recanto dos pássaros, bem como os problemas socioespaciais decorrentes da ocupação desordenada e da ausência de políticas públicas que atenuem esse processo. Quanto aos objetivos específicos, buscaremos verificar os principais problemas ocasionado pela expansão desordenada na cidade de Grajaú e como isso tem interferido na qualidade de vida da população grajauense; identificar os fatores que levaram à ocupação, de forma desordenada, do bairro Recanto dos Pássaros na cidade de Grajaú, bem como o mesmo encontra-se estruturado e, por último, revelar a problemática socioespacial presente na localidade.

No capítulo 3, primeiro tópico, (A construção espacial urbana em cidades pequenas e médias), foi analisado o processo urbano pelo qual passam as pequenas e médias cidades, em busca de entender o modelo classificatório mais atual, utilizando para isso diversos autores, assim como dados do IBGE. No subtópico 3.1, (Análise das cidades médias e pequenas com base na rede e hierarquia urbana) tratamos sobre as novas possibilidades de deslocamento que surgiram a partir das inovações tecnológicas, bem como, a construção da hierarquia conforme a estrutura das cidades que são delineadas a partir das redes que ligam a economia de um local a outro com base em cada especialidade produtiva. Ao final do capítulo, foi falado no subtópico 3.2, (Diálogo sobre o espaço urbano: delimitando o conceito), sobre a conceituação do espaço e do urbano com base no dicionário, investigando, ademais, a influência das cidades na sua definição partindo de um viés interno, explorando suas interações por meio de abstrações bases para alcance do entendimento. Abordaremos, ainda, sobre os distintos espaços de uma cidade captando os locais mais utilizados ocasionados por sua fragmentação dentro da área urbana refletindo sobre a organização e os aspectos legais que regem esses lugares públicos.

Assim sendo, o Capítulo 4, tópico 4, aborda (A DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA EM GRAJAÚ: dilemas e especificidades), referindo-se à prática de desenvolvimento urbano dentro da cidade, com enfoque nas normas que o antecede para o bom

funcionamento desses espaços. No tópico 4.1 foi abordado sobre A estruturação de Grajaú, fazendo um breve resumo sobre a história da cidade, buscando abordar o contingente populacional da cidade, bem como, sua inserção na hierarquia urbana. Já no tópico 4.2 o enfoque é na Área central e descentralizada do espaço urbano, de modo que foi discutido, sobre o centro de Grajaú e sua descentralização para o Canoeiro, evidenciando os aglomerados mercantis que esse bairro proporciona as populações que se encontram mais afastadas do espaço central. Na última abordagem dentro deste capítulo temos no tópico 4.3, A problemática da expansão urbana de forma desordenada em Grajaú/MA e o surgimento de bairros periféricos, trazendo os problemas advindos pelas ocupações irregulares que dificultam o planejamento urbano pelo poder público, que acabam levando às pessoas a morarem em lugares inadequados e sem os devidos serviços básicos e assistenciais.

Para o capítulo final, deixamos para falar sobre as particularidades que o bairro Recanto dos Pássaros possui enfatizando os aspectos principais que o acompanha. Assim, no capítulo 5, Tópico 5, (O BAIRRO RECANTO DOS PÁSSAROS EM GRAJAÚ/MA) será abordado sobre onde o bairro Recanto dos pássaros está localizado, dando ênfase para seu surgimento. Em harmonia com o tópico que o acompanha, o subtópico 5.1 (Caracterização das condições estruturais) coloca em questão os serviços essenciais disponibilizado para a população local, bem como, algumas entrevistas com os residentes e secretários do município (Saúde e infraestrutura) para verificar a propostas previstas para beneficiar a população do bairro. Em sequência, no subtópico 5.2 (Precarização socioespacial e indicadores de pobreza no bairro Recanto dos Pássaros) também abordará algumas conversas informais realizadas em campo, de modo que, tratou sobre questões socioeconômicas e os benefícios assistenciais disponíveis, além de apresentar os maiores anseios que as pessoas sentem pela falta de alguns serviços e atividades essenciais.

2 METODOLOGIA

Este estudo se qualifica como uma pesquisa na perspectiva crítico-reflexivo tendo o referencial teórico-metodológico com enfoque em autores da geografia urbana como: Milton Santos, Amélia Luisa Damiani, Roberto Lobato Corrêa, Ermínia Maricato et.al. que estudam a organização das cidades e a dinâmica do espaço, sobretudo, o tema envolto nesse trabalho, caracterizando as mudanças socioespacial advindas do aumento populacional gerando novos espaços segregados. “As reflexões suscitadas pela Geografia Crítica trouxeram novas perspectivas para as análises empreendidas sobre a configuração do espaço geográfico.” (IBGE, p. 21, 2023).

Assim, para uma aproximação com o campo foi abordado a observação direta, tendo como base o interesse segundo as características do local e de seus residentes, para um conhecimento da dinâmica social e econômica presente nesse espaço, conseqüentemente, foi utilizado como formas de registros: preenchimento de questionário, imagens e conversas informais, em busca de melhor aproveitamento de informações coletadas na prática. “Em suma, a pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas interpretativas não privilegia uma metodologia singular, portanto não institui nem se acopla a um paradigma exclusivo para sua fundamentação e justificação do ponto de vista heurístico.” (SOUZA, 2014, p. 242)

Se tratando de pesquisa bibliográfica, também, evidenciou-se, consultas por fontes diversas, dando início com levantamento de dados publicados e escritos, sendo esses, de materiais examinados, em sites específicos que abordem assuntos sobre expansão urbana, tratando sobre uma realidade atual que contribua para enriquecimento do Trabalho de conclusão de curso em busca de propor uma reflexão diante das análises obtidas.

A aplicação foi desenvolvida com cerca de 35 participantes, que moram na localidade do bairro Recanto dos Pássaros, que responderam questionários, e em forma de entrevista, gravada, para aqueles que não conseguiam escrever. O questionário conteve perguntas relacionadas ao local em que residem, ainda mais, seus conhecimentos acerca do surgimento daquele espaço, bem como, as razões que os levaram a sua ocupação. Os dados que apresentados aqui, foram escritos ao tema gerador de conteúdo para construção do TCC, visando coletar informações relevantes para a comunidade acadêmica. Foram inseridas ilustrações como modo de visualizar os resultados obtidos, para uma melhor definição da realidade apresentada, dentre estas, imagens que descrevem o espaço físico e empreendimentos pequenos dentro da localidade e adjacentes que beneficiem essas pessoas.

Os modelos de questionários aplicados encontram-se nos anexos do trabalho, também, às respostas do secretário de regularização fundiária do município. A Proposta inicial era que

as respostas fossem gravadas, mas devido a indisponibilidade do respondente, optou-se pelas respostas digitadas. No mais, foi realizada uma entrevista gravada com o secretário de Infraestrutura e de Assistência Social que disponibilizou um relatório da secretária referente ao a localidade que se encontra no apêndice. Ao Secretário de saúde foi feita uma pergunta única que abordou os projetos de saúde para o espaço e construção de UBS, do qual foi respondido por mensagens.

Cabe ressaltar que Para a Portaria nº 397, de 16 de março de 2020 que altera as portarias de consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, nº 5 de 28 de setembro de 2017, e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o programa saúde na hora, no âmbito da política nacional de atenção básica. Considera-se UBS estabelecimentos que não possui equipe de saúde da Família e Unidade de Saúde da Família estabelecimentos com pelo menos 1 (uma) equipe de Saúde da Família que possui funcionamento com carga horária mínima de 40 horas semanais, no mínimo 5 dias da semana e nos 12 meses do ano, possibilitando acesso de modo facilitado à população. Houveram outras entrevistas informais com Agentes comunitários de saúde e pessoas que conheciam a situação das áreas citadas aqui neste trabalho.

CAPÍTULO III

3 A CONSTRUÇÃO ESPACIAL URBANA EM CIDADES PEQUENAS A MÉDIAS

O crescimento demográfico é um dos fatores pelos quais o IBGE faz a classificação de uma cidade de Pequeno, médio ou grande porte. “No Brasil, o trabalho precursor é o estudo geográfico das cidades, que se constitui uma matriz metodológica, dando origem a denominadas formas de estudo e pesquisa.” (ROCHA; FERRAZ, 2020, p. 197).

Há estudos envoltos em metrópoles e seus grandes aglomerados urbanos, isso, devido aos seus problemas internos. No entanto, iremos discutir as singularidades das pequenas e médias cidades. Falar sobre cidades médias é um tema amplo, visto que dentro de um mesmo país existem diversas cidades que possuem essa classificação, mas que são completamente diferentes umas das outras. “O critério estatístico, representado de forma simples num intervalo de população, é a maneira mais fácil e, também, mais problemática para identificar as cidades médias.” (SOBARZO, 2008, p. 280).

Por outro lado, apesar da questão demográfica ser muito discutida nas literaturas, “[..] está claro que somente a dimensão demográfica não é suficiente para tornar tal realidade inteligível”. (NOGUEIRA; GARCIA, 2008, p. 62). Isso devido as interações sociais que moldam de forma única cada cidade do país, fazendo com que seus desenvolvimentos se deem de formas variadas. Nogueira e Garcia (2008), analisando essa questão, afirmam que:

A vitalidade econômica da cidade média é atestada por sua grande capacidade de gerar empregos, absorvendo significativa parcela da força de trabalho, remetendo à atração que tais cidades têm sobre os migrantes. A diversificação e a concentração de atividades terciárias (comércio e serviços) indicam a senda da especialização econômica e funcional, o que não impede que tais cidades não possam também, ter um setor industrial com fortes presença na economia local. (NOGUEIRA; GARCIA, 2008, p. 63).

Vieira; Roma e Miyazaki (2007 p. 137) declaram que: “as cidades médias seriam aqueles centros urbanos de porte médio e distantes das áreas metropolitanas, mas com capacidade atrativa dos investidores em relação às cidades ao seu redor; o que reafirmaria seu destaque regional.” Em reflexão a esse processo, Nogueira e Garcia (2008, p. 69), ainda fala que: “é a autonomia das cidades médias, garantia de uma inserção diferenciada na rede urbana, fato inexistente em cidades metropolitanas”. Amorim; Rigotti e Campos (2007) apresentam quatro níveis hierárquicos nos grupos das cidades médias:

-Grandes Centros Regionais – Trata-se do limiar superior, que serve para fazer a transição entre as cidades médias de nível superior e as grandes cidades. [...]poderão incluí-la seja como cidade média, seja como cidade grande. Esses grandes centros

regionais possuem um forte contingente populacional: no caso de Minas Gerais, uma população urbana em torno de 400.000 habitantes.

-Cidades médias de nível superior: as cidades aqui incluídas são sempre visualizadas, em qualquer hierarquização, como cidades médias, quando se trata de classificações que cobrem todas as cidades do Estado. No interior de suas próprias regiões, são encaradas pela população regional como cidades grandes. [...] em 1982, tinham populações que se situavam entre um pouco mais de 70.000 até cerca de 200.000 habitantes.

-Cidades Médias Propriamente Ditas – Essas cidades são aquelas com características mais intermediárias, quando se trata do tamanho demográfico, da hierarquia e das funções econômicas. Em termos demográficos, há heterogeneidade neste nível hierárquico, mas as cidades aqui incluídas se encontram em sua quase totalidade com população entre 20.000 e 100.000 habitantes [...].

-Centros Urbanos Emergentes – Este nível hierárquico é formado por cidades que se encontram na faixa transicional entre as pequenas cidades e as cidades médias propriamente ditas. Em termos demográficos, normalmente os centros emergentes não chegam a 50.000 habitantes na sede municipal. A economia desses municípios em geral se encontra em fase de estruturação, podendo, portanto, apresentar desequilíbrios intersetoriais. (AMORIM; RIGOTTI; CAMPOS, 2007, p. 9-10).

Bellingieri (2018) traz ainda uma nova proposta de categoria em relação as cidades, onde estas não estariam nem no porte maior, muito menos no menor, mas no intermédio entre essas; chamadas por ele de “Cidades Protomédias”, não estando inseridas no quantitativo demográfico envolto nas bibliografias vigentes. Já que, a partir de uma análise demográfica “[...] as cidades médias se situam na faixa entre 100 mil e 500 mil habitantes (750 mil para alguns estudos), e as pequenas são aquelas menores de 20 mil (ou, em alguns estudos, menores que 50 mil habitantes)”. (BELLINGIERI, 2018, p. 164)

Dentro dessa lógica, a cidade de Grajaú se inseriria nessa categoria das cidades protomédias, tendo em vista que em 2010 seu contingente populacional era de 62. 093 habitantes (sessenta e dois mil e noventa e três habitantes) segundo o IBGE, e hoje possui 73.872. habitantes (setenta e três mil oitocentos e setenta e dois habitantes). Já na classificação trazida por Amorim; Rigotti e Campos (2007), a cidade em questão não se completa com nenhuma, pois mais próximo estaria das “Cidades Médias Propriamente Ditas,” mas o encaixe se faria apenas no quantitativo demográfico enquanto nas funções desempenhadas por tal categoria, não supriria tal demanda.

Assim, como as cidades médias têm sua importância na rede e hierarquia urbana, as pequenas vêm ganhando espaço nos estudos atuais. Nesse contexto, “[...] mais do que nunca, o estudo das cidades pequenas é de fundamental importância, uma vez que essa categoria representa a maioria das cidades do Brasil”. (ROCHA; FERRAZ, 2020, p. 213). Rocha e Ferraz (2020, p. 217), ainda expõe que, apesar de ter um número considerável de cidades dessa categoria, “[...] na realidade brasileira de modo geral, não desempenha influência tão

considerável na rede urbana, possuindo forte relação com o espaço rural que compõe o município”. Corrêa (2011), analisa que:

Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias. [...] Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas. (CORRÊA, 2011, p. 6-7)

Deste modo, Rocha e Ferraz (2020, p. 18), observa que, “normalmente, o que movimenta a economia dos municípios são os serviços municipais e repasses dos governos”. Em relação ao exposto Corrêa (2011, p. 6), fala que “A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico”. Partindo desse pressuposto, Rocha e Ferraz (2020 p. 189) aborda que “sem crescimento econômico, não poderá haver desenvolvimento, [...] sendo o nível local encarregado de transformar o crescimento em desenvolvimento”. Logo, verifica-se a importância das cidades pequenas para o cenário nacional de forma que Rocha e Ferraz (2020) ainda falam que:

Segundo Vieira; Roma e Miyazaki (2007, p. 138) na classificação feita pelo IBGE a cidade pequena se inclui como: “sendo aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes”. Rocha e Ferraz (2020, p. 188) concordam quanto a designação categórica listada anteriormente, no entanto, eles alertam que: “é preciso chamar a atenção para o perigo de se adotar como referência de classificação a noção populacional, já que por esse critério se pode equivocadamente igualar cidades essencialmente diferentes”. Neste sentido, apesar da classificação ser um dado importante para as cidades pequenas assim como para as médias, Rocha e Ferraz (2020) lembram que, para um melhor entendimento sobre elas é preciso, sobretudo entender como elas se mostram com relação à rede urbana.

Assim, “[...] é ao mesmo tempo, uma questão da definição dos papéis desempenhados por tais cidades e por comparações com outras” (ROCHA; FERRAZ, 2020, p. 13). “Em resumo, é possível afirmar que a pequena cidade do final do século XX e início do século XXI, constituiu-se em um nó minúsculo em uma vasta e complexa rede urbana, na qual o papel que desempenhava nas relações urbano-rural foi alterado.” (CORRÊA, 2011, p. 10). Levando em consideração esses aspectos, percebemos diferentes propostas quanto a classificação para definição de porte de cidades, em que as literaturas algumas vezes se assemelham, mas cada uma com sua especialidade.

3.1 Análise das cidades médias e pequenas com base na rede e hierarquia urbana.

A ciência e a informação perpassaram os últimos séculos comportando uma rede dos mais variados usos em decorrência da industrialização que trouxe consigo novos modelos tecnológicos ligando cada localidade àquilo que cada uma oferece, de modo que se criou um elo entre as configurações de cidades. Elucidamos, pois, que estamos vivendo uma nova era já tratado por Santos (1988) como o “Meio técnico-científico-informacional”, pelo qual traz novas categorias espaciais fazendo a transformação do espaço geográfico com redes que internalizam a posição hierárquica mundial.

De acordo com Dias (2005, p. 16) “A palavra rede provém do latim *retis* e aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós.” Assim, para Bellingieri (2018, p. 155) “Uma rede urbana é constituída por cidades com diferentes tamanhos demográficos e diferentes funções, formando uma hierarquia urbana, advindo daí a necessidade de se classificar as cidades, ou seja, agrupá-las em categorias, segundo critérios e parâmetros estabelecidos.” Essa associação resulta das novas formas de mobilidade: como o carro, ônibus, trens, barcos, aviões, assim como as de comunicações, a internet, computadores celulares, de modo que houve uma melhor dinamização nas trocas de bens e serviços. “Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta, aquilo de que necessitam.” (SANTOS, 1988, p. 18). A respeito desse fato Dias (2005) destaca que:

A lógica territorial também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial. Isto quer dizer que à tradicional combinação das escalas da organização espacial, segundo o modelo da boneca russa – do apartamento ao prédio, do prédio ao quarteirão, do quarteirão ao bairro, do bairro à cidade, da cidade à região, da região à nação –, somam-se novos arranjos institucionais e espaciais que nos desafiam a redefinir as categorias analíticas que utilizamos para representar o mundo. (DIAS, 2005, p. 23)

Por isso, “A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social”. (DIAS, 2005, p.25). Pode-se acrescentar também que: “A rede e a promessa de transformação da sociedade não constituem, portanto, uma forma recente nem original de representar a realidade, mas uma forma atualizada a cada inovação técnica [...]” (DIAS, 2020, p.2). Desse modo, Castells (1999) exemplifica como ocorre a definição da hierarquia urbana de forma que a influência tecnológica vem como fator determinante nesse movimento ratificando que:

A produtividade e a competitividade na produção informacional baseia-se na geração de conhecimentos e no processamento de dados. A geração de conhecimentos e a capacidade tecnológica são as ferramentas fundamentais para a concorrência entre empresas, organizações de todos os tipos e, por fim, países. Assim, a geografia da ciência e da tecnologia deve surtir grande impacto sobre as sedes e as redes da economia global. (CASTELLS; 1999, p. 165)

Com base nessa proposta, entramos agora na organização dos níveis hierárquicos com base na rede urbana. No Livro *Trajéorias geográficas*, Corrêa (2005) enfatiza que a emergência de uma rede hierarquizada integrada nacionalmente apresenta-se em decorrência do capitalismo que faz os centros serem áreas principais de uma região, assim como, definem as classificações estruturais com base nas suas influências. Nesse seguimento, Dias (2020, p. 3) ver a hierarquia, rede e localidade central como “vocábulos associados a uma forma de pensar a organização espacial ao longo da segunda metade do século XX, que chama a atenção sobre a hierarquia das cidades integradas por redes de relações”.

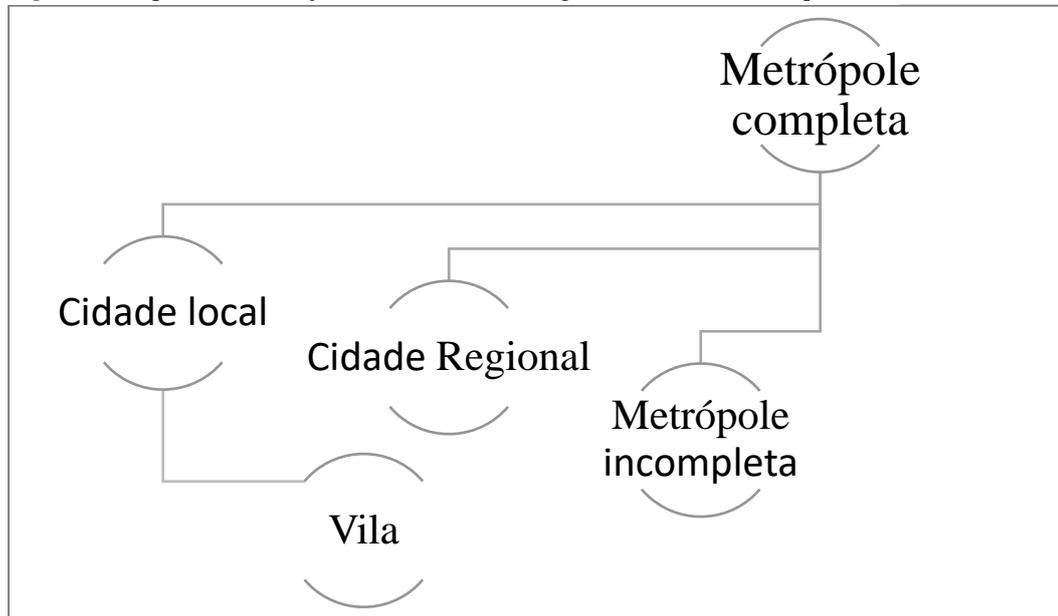
Para Fresca (2010) é importante diferenciar, ainda, centros locais de pequenas cidades; o primeiro ela aborda que, “refere-se ao menor escalão das cidades no Brasil - termo este difundido a partir dos estudos sobre redes urbanas tendo na teoria das localidades centrais seu referencial analítico [...]”. (FRESCA, 2010, p. 77) Com isso, ela busca enfatizar que “As cidades locais mudam de conteúdo. Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transforma em cidades econômicas.” (FRESCA, 2010, p. 79). Nessa declaração, Fresca (2010), busca a reflexão acerca da complexidade das cidades pequenas, para ser tratada apenas como uma parcela irrisória de um todo, nisso ela aponta que “há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo”. (FRESCA, 2010, p. 77).

Visualizaremos a seguir a forma esquematizada de como está dividida a hierarquia urbana com base na proposta de Santos (1998). Como disposto na imagem (figura 1), ele subdivide essa proposta de acordo com a produção capitalista do seu tempo, onde as cidades podem ser agrícola ou industrial, de forma que temos a vila como menor categoria proposta, que chega a ser menor que uma cidade e maior que uma aldeia, tratando-se de um aglomerado de residências que não podem receber o “status” de município.¹ Em maior desenvolvimento têm-se a metrópole completa que comporta variados serviços com grande grau crescimento de capital e maior influência global. Portanto a hierarquia define a posição de cada grupo de

¹ Como vila podemos citar alguns locais próximos da cidade consideradas rurais que apesar de ter um grande quantitativo de pessoas não têm uma organização política própria..

idades que têm certos vínculos de dependência que os fazem fazer a descida hierárquica com relação a metrópole completa, mas é a rede que possibilita a ascensão ou a queda dessa ordem.

Figura 1: Esquema das relações entre as cidades segundo os níveis hierárquicos



Fonte: Adaptado de SANTOS (1998).

Com isso, Fresca (2010, p. 77) estabelece ainda que cidades pequenas abrangem desde o “nível local” até àquelas com “funções urbanas mais complexas”. (FRESCA, 2010, p. 77). Desta forma, quem possui maior capacidade produtiva e econômica acaba por se destacar, atraindo, portanto, mais migrantes, possibilitando o crescimento interno presentes nos centros que elucidam a posição das cidades nesse prisma. Por conseguinte, “[...] é na compreensão das mudanças na formação social de cada área ou região brasileira e da maneira como ocorrem, que ter-se-á elementos teóricos compatíveis para uma reflexão sobre estas cidades”. (FRESCA, 2010, p. 78). Relacionado a essa afirmação, Bessa (2012) fala sobre a correlação entre níveis segundo o grau de importância.

A articulação crescente entre cidades e lugares, tanto no período que a precedeu, como após a Revolução Industrial, é reflexo e, ao mesmo tempo, é condição para as mudanças estruturais desse momento. Essas mudanças consubstanciaram a constituição efetiva de redes urbanas hierarquizadas, amparadas numa divisão social, técnica e territorial do trabalho que se ampliava, pois tais redes organizaram-se de modo que parte dos centros urbanos encontrava-se subordinada a outros centros, quer dizer, a interdependência entre os centros urbanos passou a ocorrer por meio da crescente subordinação de uma cidade a outra, num sistemático processo de hierarquização. (BESSA; 2012, p. 148-149)

Logo, o funcionamento das redes urbanas hierarquizadas trazidas pelo IBGE vem em consonância com a proposta de Bessa (2012), ligando os centros a outros centros, de modo que

a subordinação define quem prevalece. Ademais, o IBGE (2020) divide a hierarquia urbana em cinco: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros locais. Contudo, para o Instituto Maranhense de Estudos Socioespaciais e Cartográfico, “as centralidades maranhenses constituem uma rede urbana de hierarquia desigual e de frágil configuração espacial, traduzindo o padrão centralizado do desenvolvimento estadual, no qual vastas regiões permanecem isoladas das redes de relações socioeconômicas vigentes”. (IMESC, 2020, p. 19)

Simultaneamente, o estudo de duas cidades que possuem o mesmo porte, assim como, àquelas que possuem dimensões e quantitativo demográfico diferentes que são classificados e definidos por órgãos específicos, não condizem com a mesma realidade umas das outras, de modo que evidencia um processo espacial, social e econômico divergentes que se moldam com a dinamicidade socioespacial. Com isso, Milton Santos enfatiza que:

No sistema urbano, as categorias consideradas homologas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrôpoles também há diferenças. (SANTOS, 1993, p.53)

Partindo dessa Perspectiva, Brenner (2018), fala que:

A urbanização não diz mais respeito apenas à expansão das “grandes cidades” do capitalismo industrial, aos vastos centros de produção metropolitanos, à dispersão metropolitana e às configurações regionais de infraestrutura do capitalismo fordista-keynesiano, ou às expansões lineares antecipadas de populações das “megacidades” do mundo. (BRENNER, 2018, p. 34-35)

Desta forma, a produção do espaço urbano nas cidades pequenas e médias é elucidado por meios dos agentes que fazem a sua modificação, ao passo que se observam as diferenças espaciais de um lugar ao outro pelos seus residentes, assim como, analisa-se a estrutura que se funda no território por meio das variáveis possibilidades de enxergar o espaço e ser um agente ativo que modifica a estrutura urbana. Além do mais, Santos (1998, p.20) fala que nesse fluxo migratório, aqueles que possuem mais dinheiro vão para outra região, consomem e voltam, já aqueles que não têm condições de locomoção por lá fixam-se.

3.2 Diálogo sobre o espaço urbano: delimitando o conceito

De acordo com Pinheiro (2012, p. 14), o processo de urbanização do Brasil “iniciou-se com as primeiras construções nas vilas de São Vicente e Santo André fundadas em 1537 por Martim Afonso de Souza, a mando do Rei de Portugal”. Depois, foram acumulando populações

ao longo do tempo de forma que seu início teve como ponto inicial, assim como outras cidades, por meio de um rio, fazendo sua expansão posteriormente.

Logo, Silva (2011), fala que, estudar a cidade é importante para o entendimento da dimensão do conceito de espaço. Nessa abordagem, a cidade para ele, “pode ser entendida como um palco da modernidade, pois, via de regra, convergem os interesses do homem contemporâneo, com sua capacidade de criar, seus paradoxos, insensatez, ganância, solidariedade, ou seja, é um espaço marcado por uma diversidade de subjetividades”. (SILVA, 2011, p. 30). Para tanto, Rocha e Ferraz (2020) com base nos estudos urbanos voltados pra cidade, explicitam que:

Dentre as áreas do conhecimento que procuram estudar tal área, a Geografia em particular se ocupa da reflexão sobre o fenômeno urbano, a partir de um enfoque específico, voltado à compreensão do espaço geográfico das cidades. Entende-se então que o ponto de partida para que se possa desenvolver um raciocínio em torno das questões relacionadas ao tema na perspectiva geográfica é a ideia de cidade como produção humana, produto histórico-social. (ROCHA; FERRAZ, 2020, p.184)

Desta forma, a vinda das pessoas do campo para a cidade, com o processo já citado, resultou em inúmeros problemas socioambientais e criação de espaços precários com falta de inúmeras necessidades básicas. “Pode-se considerar a cidade como um *locus* que – por razões sociais, econômicas e históricas se constitui no centro de convergência de processos e interesses das mais variadas ordens.” (OLIVEN, 2010, p. 12). Desse modo, Rocha e Ferraz (2020, p. 180) considera a cidade como essencial para a difusão do urbano caracterizando-a ainda como “um centro de decisão política”. Para tanto é observada uma dinâmica contemporânea que se evidencia pelas novas formas de olhar o espaço frente a acelerada expansão urbana que traz consigo fatores problemas vista por diferentes escalas, de modo que abrange grandes cidades, bem como, àquelas que ainda estão em fase de crescimento e expansão. De acordo com Pereira e Furtado (2011):

A urbanização é um dos fatores decisivos no processo de transformação territorial, e as cidades são seus elementos catalisadores. As relações dinâmicas e interações entre as cidades respondem pela atual confirmação espacial da rede urbana e por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas urbanas e regionais. (PEREIRA; FURTADO, 2011, p.15-16).

Segundo Domingos (2015, p. 16) “A urbanização é um fenômeno socioespacial intimamente ligado à cidade que tem a capacidade de remodelar o espaço e imprimir características urbanas ao mesmo.” Nesta direção Rocha e Ferraz (2020, p. 186) fala que “não há como falar de cidade sem falar do urbano. E não há como tratar o urbano sem concebê-lo

como o elemento estruturador do espaço”. Baseado, ainda, em estudos críticos atuais, o processo de urbanização se tornou crescente e difundido em uma escala mundial.

Dessa forma, a urbanização é dada como o processo pelo qual as cidades crescem, seja em população como em extensão territorial, desse modo, é visto quando o espaço rural passa a ser um espaço urbano, movimento este representado por meio das migrações da população do campo para a cidade. Com isso, cria-se nas cidades, aglomerados urbanos gerando lutas pelo espaço entre diferentes classes sociais, ainda mais, acarretando adversidades políticas, econômicas, sociais e culturais. Sobre isso, Rocha e Ferraz (2020) nos fala que:

O Brasil por muito tempo foi considerado um país agrário, cuja maioria da população residia no campo. Com as mudanças sobre a produção, como a industrialização e modernização do campo com o agronegócio, a concentração urbana, e em razão disso as mudanças sobre o trabalho, a população brasileira passou a residir em sua maioria nas cidades. (ROCHA; FERRAZ, 2020 p. 169)

Para Milton Santos (1993) estaríamos deixando a fase da mera urbanização da sociedade para entrar na urbanização do território, que trata de uma difusão mais ampla dos estudos do espaço, e das variáveis em nexos modernos, mais ainda, pelas mudanças da cidade e do campo que não possuem as mesmas características de décadas passadas. Deste modo, Rocha e Ferraz (2020) argumenta que:

Sendo o espaço uma construção social, conseqüentemente, cada homem e cada sociedade é quem define e se apropria do espaço (mas não todos da mesma forma e com a mesma intensidade), e esse dinamismo se dá na forma de transformação em que o espaço está submetido, ou seja, espaço é concebido como laços da reprodução da sociedade, a partir das relações sociais de produção ou da própria reprodução da sociedade. (ROCHA; FERRAZ, 2020 p.189)

Para o IBGE (2023, p. 50) os critérios para definição de uma área urbana ou rural no Brasil dar-se-á mediante três critérios: “legalmente definidas pelo poder público municipal através de planos diretores, macrozoneamentos ou leis do perímetro urbano”. No mais, Rocha e Ferraz (2020, p. 213) analisa que, “O espaço urbano apresenta diferentes dinâmicas e uma extrema complexidade ligada aos vários processos existentes dentro e fora dele.”

Segundo Carlos (2007, p. 46) “o uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos”. Assim, transparecemos um espaço gerador de conflitos mediante as novas relações de poder

presentes nas lutas sociais pelo território urbano. Apesar do crescimento urbano e da urbanização serem síncronos², existem suas particularidades como evidência Domingos (2015):

O crescimento urbano não tem limite, mas a urbanização sim. Caso a urbanização de um determinado local chegue a 100% cessa o processo, pois não há mais população rural, contudo é possível a continuidade do crescimento urbano, pois o crescimento demográfico acarreta na necessidade da expansão territorial das cidades. Desta forma, mesmo que as cidades ocupem a totalidade de um território ainda há a possibilidade do crescimento vertical e, portanto, podemos considerar que o crescimento urbano é virtualmente infinito, diferentemente da urbanização que finda com a não existência de população vivendo no meio rural. (DOMINGOS, 2015, p. 19).

A partir dessas ponderações, Carlos (2007, p. 29), analisa ainda o espaço urbano a partir das questões espaciais, de modo que “A análise do urbano também revela a relação espaço – tempo; um tempo restrito ao tempo produtivo, em que os ritmos envolvidos pela racionalidade do trabalho se estabelecem em uma prática espacial que revela o espaço opressivo/repressivo.” Segundo Milton Santos (1988) a evolução mundial da população só pode ser entendida de forma absoluta por meio de três dados essenciais:

Primeiro, a distribuição da população entre as diversas áreas do globo e dentro de cada país evolui de maneira desigual. Depois, como isso não é apenas o resultado do excesso de nascimento sobre o de mortes, temos de levar em conta as migrações internas e internacionais, cada vez mais frequentes. Mas, também, as porções de território ocupadas pelo homem vão desigualmente mudando de natureza e de composição, exigindo uma nova definição. (SANTOS, 1988, p. 15).

Assim, passamos a entender alguns conceitos que levam a compreensão do espaço urbano e os fenômenos que fazem as construções sociais por um olhar para a estrutura física a qual se moldam as relações de produção e a dinâmica do espaço, como defendido por Corrêa (2004), como um espaço fragmentado e articulado que gera lutas internas de classes.

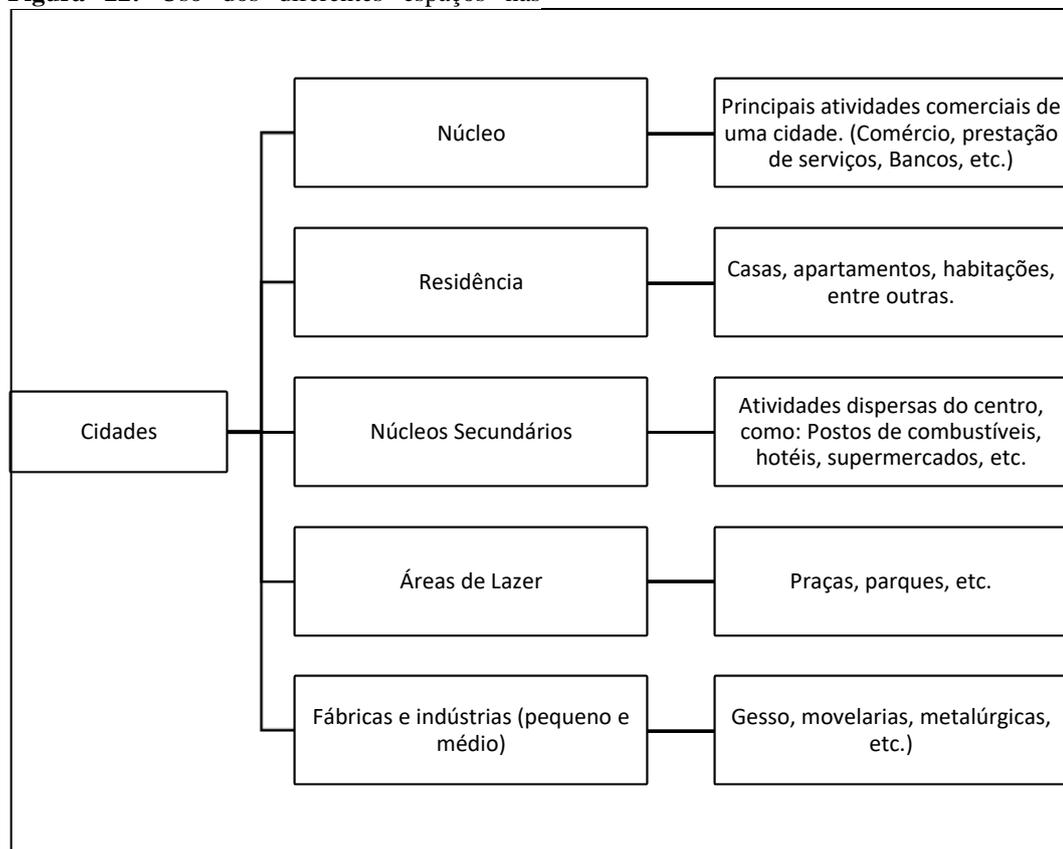
Ainda mais, ao analisarmos o espaço, nos deparamos com os movimentos ligados as atividades que o compõe, de modo que essa compreensão possibilita maior interação com o ambiente e com as produções sociais. Um conceito relativo ao território é sinalizado por Milton Santos (1988), uma vez que analisado de um modo produtivo, percebe-se sua mutação constante quanto aos conflitos em relação aos elos culturais e socioespaciais existentes no espaço urbano. Para ele:

² Define-se “síncrono” como “Que se realiza ao mesmo tempo que outra coisa”. O crescimento urbano ocorre na lógica da urbanização (a cidade cresce e se torna urbana) a desarmonia passa a acontecer quando não houver mais a existência de espaços rurais, uma vez que, a urbanização acaba quando esgotado o espaço rural e a expansão pode persistir de forma vertical como abordado Domingos (2015).

Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. (SANTOS, 1988, p. 67)

Nessa lógica Corrêa (2004, p. 7) fala que, “O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si.” Por conseguinte, esse entendimento é analisado, ainda, nas pequenas e médias cidades, de forma que é evidente o seu uso pelos agentes espaciais que os compõem, construindo lugares articulados que centralizam as atividades principais, mas também se formam espaços isolados por toda a cidade. Com isso, trazemos diferentes usos verificados dentro de uma cidade e no espaço urbano (Figura 2).

Figura 22: Uso dos diferentes espaços nas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Devemos observar ainda, as relações econômicas que se fundam dentro de uma cidade, com vistas aos conjuntos espaciais que se conectam ao núcleo, contendo atividades de diversos segmentos que geram renda, além de que, constroem um espaço onde o capitalismo é operante nas relações estruturais entre patrão e empregado. De acordo com Ornat e Silva (2007):

A fragmentação é materializada pela paisagem produzida pela justaposição dos diferentes usos do solo, onde aparecem o centro da cidade, as periferias, as áreas

industriais e comerciais, áreas residenciais de alta e baixa rendas, favelas e condomínios exclusivos. A complementaridade entre os fragmentos do urbano é constituída por deslocamentos de várias naturezas e intensidades e, para esta discussão, privilegia-se o deslocamento de pessoas e os elementos que constituem estes deslocamentos. A ação dos sujeitos ao deslocar seus corpos através de diferentes localidades está estritamente relacionada com o objetivo de acessar os diferentes bens urbanos. (ORNAT; SILVA, 2007, p.178)

Assim, o espaço é dinâmico e se articula com as produções socioeconômicas que são transformados pelos seus agentes internos. Cria-se, então, um lugar com maior destaque que traz consigo estratégias econômicas ligadas aos fatores atrativos e essenciais. Castells (1983) vê o espaço como essencial para toda a humanidade, de modo que, o analisa em “condições geográficas” e por meio do “ponto de vista social. O primeiro, fala dos espaços físicos que tem a ver com o meio natural, tratando-se de um meio estável. Já o segundo, é visto por meio das produções espaciais históricas geradoras dos diversos espaços sociais.

De forma que, “[...] não há escolha entre o “natural” e o “cultural” na determinação social, porque os dois termos são unificados indissolivelmente na única realidade material do ponto de vista social: *a prática histórica*”. (CASTELLS, 1983, p. 554). Baseado no exposto, percebe-se uma divisão espacial ao se tratar sobre território fragmentado, de forma que se revela de um lado formas econômicas, assim como, modelos sociais que se moldam pelas localidades que o espaço proporciona.

CAPÍTULO IV

4 A DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA EM GRAJAÚ/MA: dilemas e especificidades

Aqui, nos debruçaremos sobre o estudo da cidade de Grajaú – MA, trazendo de uma forma mais nivelada como ocorre o desenvolvimento desse espaço urbano em busca do seu entendimento. Diante de todo o contexto trabalhado até chegarmos aqui, verifica-se que, “as mudanças da forma urbana são perceptíveis, porém, faz-se necessário considerar algumas das dinâmicas responsáveis pela alteração do espaço urbano”. (LOPES; SANTOS, 2009, p. 353). A dinâmica de crescimento urbano tem suas diversas formas de expansão, acontecendo em intensidades diferentes dentro do espaço que se modifica. Para Silva (2011, p. 38), “os prefeitos comemoram o crescimento das cidades, mas se esquecem que isto traz junto problemas comuns aos centros urbanos maiores”. Logo, a ampliação da área urbana de uma cidade implica na modificação dos seus limites, Para Abramo (2007):

Foi a lógica da necessidade que moveu, e continua a mover, um conjunto de ações individuais e coletivas que promoveram a produção das “cidades populares” com o seu habitual ciclo ocupação/ autoconstrução/auto-urbanização e, por fim, o processo de consolidação dos assentamentos populares informais (APIs). (ABRAMO, 2007 p.26)

Baseado nesse contexto, podemos citar alguns bairros de Grajaú que se originaram pela necessidade e oportunidade das pessoas alocarem-se em um local para morar, mesmo diante de toda precariedade e riscos do espaço ocupado. Os mais recentes segundo o secretário de regularização fundiária, foram: Recanto dos Pássaros, Vila boa Esperança e Vila Eletronorte. Entretanto, buscando saber mais, foi verificado por algumas pessoas e Agentes comunitários de Saúde (ACS) de setores a existência de outros: Vila Tucum, São Roque, Quem Dera, Vila Nova, Barreiro etc. que se formaram por ocupação de terra que passaram a ser vilas e bairros posteriormente.

Com isso, destacamos um crescimento territorial intensivo periférico e extensivo na cidade de Grajaú, acompanhado pelas ocupações nas principais vias de acesso, BR-226 (sentido a cidade de Barra do Corda e Imperatriz) e MA 006 (sentido a cidade do Arame), caracterizado pela extensão do seu território, modelo esse definido por Japiassú e Lins (2014) como crescimento extensivo tentacular. Milton Santos (1988) complementa, esclarecendo que:

A urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim a forma sócio – espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias

que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros...
(SANTOS, 1988, p. 171)

Ao analisar a prática de crescimento urbano, percebe-se suas diversas formas de expansão, que acontecem em intensidades diferentes dentro do espaço que se modifica. A ampliação do campo urbano de uma cidade implica na modificação dos seus limites em questões sociais, políticas e estruturais. Desse modo Silva (2011, p. 37) expõe que “Como no centro da cidade em geral, não há mais espaço a saída é crescer verticalmente, até nas periferias o sentido horizontal é o mais comum.” Logo, nesse modelo de organização Maricato (2006, p. 216) fala que: “A experiência histórica com planos diretores no Brasil mostra que eles se aplicam apenas a uma parte da cidade, tomam o mercado como referência e ignoram a demanda da maior parte da sociedade, bem como ignoram a cidade ilegal.” (MARICATO, 2006, p. 216).

Características essas, visíveis na cidade de Grajaú – MA uma vez que o Plano Diretor disposto pela lei municipal n° 075 de 2008, encontra-se desatualizado, desta forma, muitos bairros estão ainda fora do perímetro urbano da cidade. Para Gomes (2002) chama-se de “geopolítica urbana” a disputa que vai se construindo dentro de um quadro restrito que liga os atores do espaço com a cidade em busca conquistar aquilo que eles ainda não possuem.

No que confere à legislação municipal, a lei n.º 124 de 14 de dezembro de 2010, “Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo”. Estabelecendo, no art. 2, alguns princípios e conceitos; no inciso XLV, fala da definição de zona urbana de forma que parte do princípio que: “Sob o aspecto político e administrativo municipal, é a zona situada dentro dos perímetros urbanos (da sede e dos distritos) instituídos por lei do município. Assim o município tem o “poder” de caracterização de urbano ou rural, no entanto a lei que faz essa exigência deve ser atualizada pelo menos a cada dez anos como consta no § 3º do artigo 30 da Lei n. 10.257/2001 definida como “O estatuto da cidade”, para que se tenha os direitos garantidos por lei aos recursos públicos destinados a obras de desenvolvimento urbano.

Ainda tratando a respeito da expansão urbana a Lei N° 13.465, 11 de julho de 2017, expõe sobre “a regularização fundiária e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentamentos da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal”. Em complemento, seu título sobre a demarcação urbanística, Art. 19. Aponta que “O poder público poderá utilizar o procedimento de demarcação urbanística, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização do núcleo urbano informal a ser regularizado.” Nessa mesma lei é apresentada a viabilidade de uma área urbana, com isso, no art. 16-C, apresenta que:

§ 2º Para os fins desta Lei, considera-se área urbana consolidada aquela:

- I - incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica;
- II - com sistema viário implantado e vias de circulação pavimentadas;
- III - organizada em quadras e lotes predominantemente edificados;
- IV - de uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou voltadas à prestação de serviços; e
- V - com a presença de, no mínimo, três dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:
 - a) drenagem de águas pluviais;
 - b) esgotamento sanitário;
 - c) abastecimento de água potável;
 - d) distribuição de energia elétrica; e
 - e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

Dentre as razões que levaram a alguns bairros da cidade estarem fora do perímetro urbano, é possível destaca o vencimento do plano diretor da cidade, que inviabilizam alguns bairros serem urbanos. Desta forma, acredita-se que “[...] a lei se exprime pela forma como as coisas estão organizadas e distribuídas no território segundo uma coerência formal que é lógica e deve atender aos preceitos estabelecidos pela ideia geral, e um tanto quanto vaga de equilíbrio entre o bem comum e o domínio das liberdades individuais”. (GOMES, 2002, p. 32)

Pode se mencionar ainda que para o IBGE, a área em questão se encontra em área rural³ (exclusive aglomerado) do qual só depois de um mapeamento, é que possibilita fazer um setor censitário e o respectivo mapa da área. Não obstante, Para a secretaria de Regularização fundiária, assim como, para todas as secretarias que serão mencionadas, a localidade Recanto dos pássaros é um bairro situando-se em área urbana do município.⁴ A Constituição delega aos municípios a autonomia e a responsabilidade pela formulação e gestão da política urbana e estabelece que ela precisa estar expressa no Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. (PINHEIRO, 2012, p. 61)

Tendo em vista os aspectos observados podemos verificar que através do plano diretor os municípios estruturam as funções urbanas de uma cidade, em vista disso, muitos outros bairros que são urbanos para o IBGE, não se qualifica para o município, uma vez que não houve a sua atualização, havendo um contraste verificado no espaço urbano entre essas duas

³ Em conversas informais com os Agentes de Pesquisa e Mapeamento do IBGE, constatou-se que em razão do bairro ser recente e os mapas fabricados antes da pandemia, não fora possível fazer o mapeamento da área, uma vez que só será realizado agora para o próximo censo demográfico.

⁴ O plano Diretor atual encontra-se desatualizado tendo em vista que sua vigência era até 2019, logo, algumas áreas urbanas consideradas pelo IBGE, também estão fora do Perímetro Urbano até a atualização que se encontra em fase de desenvolvimento.

informações. “Todavia, este verdadeiro surto de urbanização ocorre dentro de um cenário em que os processos de planejamento urbano e regional, em suas diferentes escalas, permaneciam estanques à nova realidade.” (PEQUENO, 2008, n.p). Em consequência disso, vê-se, que alguns bairros do município se encontram fora da integra, porém possuem uma consciência do seu território urbano, de modo que é uma área urbana para os grajauenses, porém sem consolidação.

4.1 A estruturação de Grajaú/MA

Buscando a compreensão da expansão em Grajaú Maranhão é necessário fazer referência ao surgimento da cidade. Baseado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), o atual município de Grajaú, antes porto de uma fazenda denominada chapada, pertencente a Manoel Valentim Fernandes, sendo uma das maiores conquistas da civilização sobre os povos indígenas nos sertões do Maranhão.

Antônio Francisco dos Reis, em 11 de março de 1991, habitava na alta ribeira do Grajaú, em companhia de pessoas da sua família. Veio aqui se estabelecer, povoando a região, depois de repetidas navegações por meio de pequenos barcos utilizados para esse fim, percebendo os lucros que ali continha. Fundaram, então, as margens leste do rio, um povoamento chamado Porto da Chapada, construindo casas para vivendas, depósito de sal e gêneros alimentícios que ali provinham, visando abastecer os moradores e a vizinhança das outras ribeiras próximas, chegando a uma população de aproximadamente 40 pessoas naquele porto.

Os índios timbiras e picogés, estabelecidos na outra parte do mesmo rio, não estavam gostando da progressão daquela nova povoação, impedindo de fazerem suas atividades costumeiras, resolveram, portanto, livrar-se dela, e o fizeram. Queimaram vivas 38 pessoas dentro das suas próprias habitações, a que puseram fogo, bem como às embarcações abicadas na praia, levando o sal e gêneros que puderam e lançando no rio ou queimando o restante.

Desta carnificina, sucedida em 1814, todavia, escaparam com vida 6 pessoas que andavam para fora da povoação, na época do massacre. Anos depois, em 1816, tentaram restabeler o porto na mesma alta ribeira do Grajaú, chamando ali de São Paulo do Norte. Algumas tropas davam-lhes assistência, mas posteriormente, essas pessoas ficaram sem qualquer tipo de ajuda, no imediato abandono. Outra expedição foi organizada em 1817, vindos 40 soldados da capital, a qual em virtude de tão mal delineada, a partir de Vitória para cima já não havia mantimentos para mais de seis dias. A evolução social processou-se lentamente, apenas se consolidando ao limiar do século XIX.

Pela lei provincial nº1225, de 07 de abril de 1881, a então vila se configurou na categoria de cidade intitulada “Grajaú”. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) seu nome surgiu em decorrência dos povos indígenas guajajaras que viviam na margem do rio. No entanto, Dino (2021, p. 82) contesta essa versão analisando que os indígenas “quer do Norte, do Nordeste ou do Sul conheciam e utilizavam com segurança o termo Grajaú, de início, para designar o pássaro destinado à alimentação, depois o cesto oblongo em que carregava as aves caçadas, vivas ou abatidas para comer.”

Nesse debate, Pachêco Filho (2010) enfatiza ainda, a importância dos Vareiros do rio Grajaú, título da sua obra, que faz uso de relatos orais para reativar a memória desses importantes navegadores que “desciam e subiam o rio Grajaú no centro sul do Maranhão, com suas canoas cheias de mercadorias em direção ao norte, mais exatamente ao município de Vitória do Mearim, localizada na baixada maranhense, há oitocentos quilômetros de distância de onde partiam”. (PACHÊCO FILHO, 2010, p. 3). Vale ressaltar que essa forma de emprego “consistia em empurrar canoas com longas e pesadas varas apoiadas no peito”. (PACHÊCO FILHO FILHO, 2010, p. 4). O autor ainda expõe os que se colocavam para esse trabalho, estando na lista: “índios, negros e brancos pobres, recrutados na periferia do município de Grajaú e nas aldeias próximas, especialmente a aldeia do Morro Branco, hoje um bairro da referida cidade.” (PACHÊCO FILHO, 2010, p. 4).

Para Rocha (2017) por muitos anos Grajaú ficou em quase isolamento, tendo em vista que naquele momento os meios locais se davam por intermédio do rio e passagens de gados, fazendo esse trajeto por barcos, a pé, ou montados em animais. Nessa abordagem, o rio Grajaú foi um grande marco para o surgimento das primeiras casas, e movimentação econômica da cidade, que posteriormente foi se expandindo ao longo do tempo formando bairros.

As coisas passam a melhorar gradativamente, primeiramente, “[...] com a construção das estradas de rodagem no segundo quartel do século XX. O grande impulso foi dado por meio da implantação da BR-010 e BR 230, nas décadas de 1960 e 1970.” (ROCHA, 2017, p. 88). Esse processo se concretiza, possibilitando de forma mais rápida o deslocamento entre cidades.

No caso de Grajaú, a ligação com outros lugares intensificou-se com a pavimentação da rodovia 226, que se anexa com a rodovia Belém-Brasília na cidade de Porto Franco-MAA implantação dessas vias de fluxo fez com que ocorresse a diminuição da importância do rio Grajaú, como entreposto comercial, ocasionando o deslocamento das atividades comerciais, que atendiam parte da região, para Imperatriz. Todavia, ainda na década de 1860, vias foram construídas, interligando Grajaú a outras localidades, resultando na maior circulação Sertão adentro, facilitando, assim, o intercâmbio com outras regiões, como Goiás, Bahia e Sul do Pará. (ROCHA, 2017, p. 88).

Até então, no censo de 1950 a população em sua maioria estava na zona rural com uma população de 33.111, nos municípios como um todo, como apresentado na Enciclopédia dos Municípios, enquanto que no quadro urbano e suburbano somente 2.377. Processo esse que foi mudando conforme a busca por melhorias e pelos desmembramentos ocorridos na cidade. “No caso do estado do Maranhão, o fenômeno da urbanização se torna preponderante a partir dos anos 2000, assim como o município de Grajaú.” (ROCHA, 2017, p. 91). Segundo dados do último Censo demográfico⁵, o município conta em 2022 com uma população de 73.872. Possuindo uma área territorial de 8.861,717 km² e densidade demográfica de 8, 34 habitantes/km².

Com base na Hierarquia urbana, Grajaú data como um centro local com região de influência pelo arranjo populacional de Imperatriz/MA, a qual existe uma forte relação ao fluxo diário entre essas duas cidades ligadas a trabalho, estudo e demais suportes que a capital regional C proporciona para o município. Ademais, encontra-se incorporado na mesorregião centro maranhense e na microrregião Alto Mearim e Grajaú com região geográfica imediata de Barra do Corda formada por nove municípios vizinhos e região geográfica intermediária de Imperatriz com 43. Todavia, essa classificação feita pelo IBGE encontra-se desproporcional com a proposta de Regionalização trazida pelo IMESC (2020), verificando que:

Os municípios de Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão – na regionalização do IBGE, estes se encontram na Região Imediata de Barra do Corda (Região de Desenvolvimento das Serras), ao passo que na do IMESC, encontram-se na Região de Desenvolvimento dos Guajajaras (Região Imediata de Presidente Dutra), a maior motivação para inserção desses municípios nessa região dá-se, principalmente, pela maior ligação com o município de Presidente Dutra, por meio da BR-226, e pelo grande vazio demográfico entre Barra do Corda e Grajaú, reflexo da extensão de terras indígenas nesta área territorial. (IMESC, 2020, p. 16)

Nessa proposta é definindo, ainda, a toponímia para cada regiões de desenvolvimento, algumas são: Regiões com Referências ao Relevo; Regiões com Referências à Hidrografia; Regiões com Referências à Vegetação; Regiões com Referências à Etnia; Regiões com Referências à Área de Influência. “Para aquelas regiões em que as bacias hidrográficas são limítrofes e os rios divisas, foi utilizada a expressão “maranhense”. (IMESC, 2020, p. 26) Deste modo de acordo com a nova designação do IMESC, Grajaú encontra-se na Região de

⁵ Pesquisa realizada em 10 e 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) para contar a população saber como vivem, trazendo dados importantes para todos os Brasileiros, sendo a única pesquisa que percorre cada domicílio do país.

desenvolvimento das Serra. Essa região está a Oeste do estado, no planalto maranhense, nos vales dos rios Grajaú e Mearim.

O relevo, continuação do planalto central brasileiro, apresenta várias serras em forma de chapadas, cuevas e morros testemunhos [...] O polo regional é o município de Grajaú, que é o primeiro classificado em extensão territorial, população e PIB, e o terceiro em densidade demográfica. A região é servida pela BR-226, pelas MAs 006, 008, 122, 138, 275, 380, 328, 329, 379, 380, 384 e pela Ferrovia Norte Sul.” (IMESC, 2020, p. 41) Desta forma, verifica-se uma proposta mais específica para o estado do Maranhão, de modo que analisa as particularidades internas de cada região assim como as suas semelhanças. (IMESC, 2020, p. 40-41)

Com base nessa proposta do IMESC para as regiões do maranhão verifica-se uma maior amplitude às particularidades para cada um dos 22 municípios polos, de modo que elas são definidas por aproximações com base; no PIB, transportes, densidade demográfica, posição geográfica e outros. Observa-se ainda uma descontinuidade de pertencimento a região imediata de Barra do Corda, passando a ser um polo regional.

4.2 Área central e descentralizada do espaço urbano

A área mais importante de uma cidade se dá no centro de uma cidade, onde encontra-se uma diversidade de atividades econômicas que geram renda a diversas famílias, ainda mais, concentra-se uma maior acessibilidade aos bens e aos serviços que geram aglomerações favoráveis a economia local. “Desde as pequenas cidades até as metrópoles globais é possível perceber uma área em que há a concentração de atividades terciárias e também um grande fluxo de pessoas, veículos, mercadorias, informações.” (SOUZA, 2009, p. 38).

Nesta abordagem, Silva (2011, p. 38) observa que “o poder público investe mais no centro para embelezar e contentar as camadas sociais de maior poder crítico e que podem dar maior sustentação ao governo constituído”. Assim, as atividades mais importantes ficam no centro, enquanto outras atividades, como lojas, comércios ficam dispersos por outras localidades da cidade. Ademais, Souza (2009, p. 61) ainda complementa que “São locais que surgem nos espaços urbanos, dotados de centralidade, que torna estes espaços atrativos para determinadas atividades.” Desse modo, Corrêa (2004), analisa essa acessibilidade da seguinte forma.

A acessibilidade, por sua vez, atraiu as nascentes lojas de departamentos – uma criação visando distribuir uma gama enorme e crescente de produtos industriais para um crescente mercado consumidor constituído predominantemente por assalariados – e de outros gêneros do comércio varejista, bem como numerosas atividades instaladas em escritórios. (CORRÊA, 2004, p. 39)

Seguindo esse pensamento, o autor apresenta, nessa perspectiva, vantagens voltadas à dispersão de serviços em busca da acessibilidade local. Por conseguinte, para Souza (2009, p. 62), “a escala do pedestre é substituída pela escala do automóvel na cidade, tornando as distâncias maiores. Damiani (2006) confirma essa ideia, ao afirmar que:

Desta perspectiva, a noção de centralidade e periferia se torna importante: produz-se o tempo todo periferia, periferias diversas inclusive em relação ao centro; e a centralidade inclui a multiplicação dos centros, sua diferenciação, aspecto este fundamental: a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla. (DAMIANI, 2006, p. 144-145)

Em conformidade com o que a autora expõe, Lopes e Santos (2009, p. 352) enfatizam que “A relação centro-periferia é questão relevante no estudo centro – centralidades uma vez que a morfologia urbana é alterada diante da definição de novas centralidades e a formação de outras periferias.” Damiani (2006) vê a urbanização como algo diverso que acontece de formas variadas pelo mundo todo e também nas pequenas cidades. Os centros se multiplicam e os antigos centros se defendem reproduzindo de modos diferentes sua centralidade [...]” Destacamos essa dinamicidade no centro de Grajaú, que é, ainda, o foco principal da cidade, pois foi um setor de originalidade da cidade e lá fixou-se como centro, onde encontra-se os bancos (Figuras: 6; 7; 8; e 9) Cartórios, a Prefeitura da cidade e atividades logísticas.



Figura 31: Banco Bradesco



Figura 40: Banco do Brasil



Figura 49: Banco SICOOB



Figura 58: Banco Santander

Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Ao nos depararmos com a forma que se originou alguns bairros da cidade de Grajaú percebemos a espontaneidade ao qual foram surgindo e mudando a dinâmica social, econômica e política da cidade. Com isso, evidenciou-se a descentralização como uma forma mista pelo aparecimento de núcleos secundários ligados as atividades econômicas. Corrêa (2004) apresenta um dinamismo espacial afirmando que:

A descentralização está também associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos com espaciais, ampliando as distâncias entre a Área Central e as novas áreas residenciais: a competição pelo mercado consumidor, por exemplo, leva as firmas comerciais a descentralizarem seus pontos de venda através da criação de filiais nos bairros. [...] As novas atividades, por exemplo já podem surgir em áreas não-centrais: já nascem assim descentralizadas, evitando possíveis percentagens da Área Central e, ao mesmo tempo, beneficiando-se das vantagens de áreas distantes do centro. (CORRÊA, 2004, p. 46).

Para Lefebvre (2009) a criação de subúrbios cria um processo que descentraliza a cidade e afasta a população mais carente. Neste sentido, “A dinâmica demográfica é marcada pelos movimentos populacionais em que há uma mobilidade, predominantemente, para áreas carentes e um fluxo que configurou um movimento do centro para a periferia, em processo de crescente segregação e distanciamento social.” (MATTOS, 2013, p. 208). Villaça (1998) aponta, ainda, a localização urbana como um ponto importante para uma melhor acessibilidade dentro do espaço urbano, enfatizando que:

Os produtos específicos resultantes da produção do espaço intra-urbano não são os objetos urbanos em si; as praças, as ruas ou os edifícios, mas suas localizações. [...] A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações. A localização é, ela própria, também um produto do trabalho e é ela que especifica o espaço intra-urbano. Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais. (VILLAÇA, 1998, p. 24).

Apesar do centro de Grajaú situar-se no mesmo local do seu surgimento, sua descentralização vem crescendo gradativamente pelas atividades econômicas dispersas no setor canoeiro tanto pelo crescimento demográfico como pelo espacial em seus entornos. “O processo de descentralização implicou que as atividades como que pulassem do núcleo central para áreas mais distantes,” conforme aponta Corrêa (2004, p. 71). A seguir temos as principais ruas⁶ e atividades presentes no setor Canoeiro. (figuras: 10, 11, 12 e 13).



Figura 67: Rua José Rodrigues da Costa



Figura 76: Rua Humberto de Campos



Figura 85: Motoca Honda



Figura 93: Algumas lojas da Rua Humberto de Campos

Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Diante dessa abordagem podemos observar a descentralização como uma forma dinâmica produzindo classes sociais variadas viabilizando diferentes usos de atividades

⁶ Dentre estas, considera-se, ainda, a Rua Tiradentes, mas que apesar de haver muitas atividades comerciais sua concentração de serviços são mais dispersas se comparado com as demais.

comerciais por meio da concentração das atividades econômicas em diferentes espaços, e com isso, “o tecido urbano apresenta-se polinucleado, ou seja, com pontos expressivos de aglomerações, localizados em diferentes setores”. (LOPES; SANTOS, 2009, p. 355) Sobre isso, compreendemos que as cidades vão mudando seus fluxos internos conforme a alocação de seu centro e as atividades comerciais passam a se estruturar no espaço, fazendo ligações em pontos que se organizam espacialmente.

Conforme a expansão urbana existente, há uma necessidade de núcleos secundários que viabilize o acesso às pessoas que habitam mais distante do centro, em sua maioria, populações carentes de renda, de transporte, de infraestrutura, e demais fatores que dificulta esse acesso ao núcleo da cidade. E isso se avalia pela concentração econômica que o bairro Canoeiro atualmente apresenta, apesar de não ter todas as funcionalidades de um centro, a essência presente no espaço físico por si só, com toda a dinâmica e interação, assemelha-se ao setor principal da cidade.

A esse respeito, Souza (2009, p. 61) aborda que “Pensar a descentralização é pensar no surgimento de novas estruturas comerciais fora da área central. Isso não quer dizer que são novos centros, já que centro e centralidade não são sinônimos, apesar da relação intrínseca.” É preciso entender sobretudo, como ocorre a dinâmica no espaço social referente às localizações e as descentralizações que se apresentam na cidade e como cada grupo social se fixa no espaço urbano mediante os processos internos, analisando tais consequências.

4.3 A problemática da expansão urbana de forma desordenada em Grajaú/MA e o surgimento de bairros periféricos.

Pequeno (2008) aborda que a inadequação de moradia é um fator que estabelece relações com a forma desordenada de urbanização e a precariedade de domicílio. Além disso, percebe-se a exclusão dos grupos de menor renda que não possuem condições de possuir imóveis imobiliários. O Programa Nacional de Habitação – PNH (2009, p. 38) menciona que: “O problema da habitação é resultado, entre outros fatores, da incompatibilidade entre a capacidade de pagamento das famílias de baixa renda e o custo da habitação.” Em análise, observamos a precariedade de políticas públicas e o esquecimento do poder público, que se encontram nas “pontas” da cidade de Grajaú – MA, onde há o crescimento em maior desordem e a falta de organização espacial. Maricato (1999) retrata muito bem essa realidade urbana atual, para ela:

Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E, o que é mais trágico, a priorização

das políticas sociais, frequentemente não contam para os próprios excluídos, cujas referências são a centralidade hegemônica. (MARICATO, 1999, p. 29)

Segundo Corrêa (2004) os terrenos com menor preço dispõem de residência mais simples enquanto as de maiores valores correspondem as que possuem mais conforto e qualidade, um diferencial que altera em função da acessibilidade econômica dos diversos grupos sociais. Na cidade, em questão, a diferença espacial defronta-se de forma mais acentuada por meio dos valores locacionais e infraestrutura, uma vez que, mesmo uma casa muito cômoda em um lugar mal localizado, passa a ser desvalorizada. Por conseguinte, essa dimensão espacial que valora o espaço manifesta traços de uma profunda discrepância.

A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da "cidade" é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa, e encobre, a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios mas tem, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária. (MARICATO, 1999, p. 18)

Rocha e Ferraz (2020, p.145), sinalizam que a desigualdade social se intensificou nos anos 80 e 90 em decorrência do aumento populacional, que então fizeram surgir as cidades para comportar essa população que crescia exponencialmente, o que resultou em municípios sem planejamento, com problemas urbanos diferentes que impactam no espaço socioespacial, como: aglomerados periféricos; falta dos serviços essenciais; surgimento de ocupação urbana precária e ilegal; família de baixa renda; carência de infraestrutura; dificuldade de acesso aos serviços e equipamentos sociais e essenciais etc.

Pontos esses, observáveis nos bairros de recentes ocupações em Grajaú – MA, transparecendo a falta de planejamento pelo poder público na cidade voltado a políticas que favoreçam as populações mais carentes, que não têm condições de construir ou possuir terras legalmente, optando por lugares que as causam riscos. Assim; “O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade.” (MARICATO, 1999, p. 14). A Caixa Econômica Federal (2011) esclarece um pouco como ocorre essa dinâmica de surgimento de bairros periféricos, elucidando que:

Nessa abordagem, Maricato (1999) ainda aponta a forma como ocorre esses conflitos.

[...] os moradores já instalados nessas áreas, morando em pequenas casas onde investiram suas parcas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos, lutam contra um processo judicial para retirá-los do local. Nesse caso eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente. Mas esta não é a situação mais corrente. Na maior parte das vezes a ocupação se consolida sem a devida regularização. (MARICATO, 1999, p. 17)

A construção de conjuntos habitacionais longe do centro da cidade é um outro ponto a se discutir. O programa minha casa minha (PMCMV)⁷, é visto como uma oportunidade às pessoas de renda baixa possuírem casas próprias pelo meio legal e seguro, mas isso também produz espaços que se distanciam do centro, produzindo novos espaços segregados e periféricos impactando na estrutura urbana. No entanto, com base no estudo, realizado pela CAIXA (2011), a necessidade Habitacional se justifica por diversos fatores que beneficiam em especial a população mais carente.

[...] o crescimento da Demanda Habitacional é influenciado por fatores demográficos. A concentração populacional nos grandes centros urbanos, a redução do número de integrantes das famílias e o envelhecimento da população são fenômenos que têm ampliado a necessidade de moradias. Além disso, o “passivo social” causado pela ausência de políticas habitacionais nas décadas passadas pressiona a demanda por habitação nos estratos mais pobres da população. (CAIXA, 2011, p. 81)

Em busca de conhecer mais profundamente sobre a formação de alguns bairros de Grajaú, fui atrás de quem mais entende sobre assunto: a população residente e o Agentes Comunitários de Saúde. Nisso, começaremos a entender o surgimento de alguns bairros considerados periféricos da cidade agregados ao PMCMV. O primeiro conjunto habitacional da cidade foi, Zé caboco, situado na Avenida Paulo Ferraz, Bairro Expoagra, inaugurado no dia 29 de Abril de 2011. Com referência aos demais conjuntos, este é o que tem casas menores e pouco espaço para expansão. Segundo informações, próximo ao conjunto, existia um terreno onde a prefeitura retirava barro, terreno público, que posteriormente fora ocupado e colocado o nome de Barreiro. Pouco mais de dois anos, em 2012⁸, foram entregue o conjunto habitacional Frei Alberto Beretta, localizado no setor extrema, que com relação ao outro conjunto mencionado, nesse existe um pouco mais de espaço, contudo as casas não têm muita privacidade, pois as paredes são “coladas” uma das outras. Houve tentativas de ocupações, porém por se tratar de uma área privada, o poder de polícia prevaleceu.

⁷ Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

⁸ Informações colhidas com vizinhos que moram no bairro desde sua entrega, inclusive falam que era para ser separadas, quando o engenheiro veio olhar já tinham construídas várias casas juntas, por isso as parcelas ficaram mais baixas com relação aos outros conjuntos entregues posteriormente.

Em 08 de Abril de 2013, foram sorteadas 500 casas populares no conjunto Joana Batista bairro Expoagra /Aeroporto.⁹ Em suas imediações encontra-se o bairro Novo Grajaú, mas popularmente chamado de “Quem Dera”, que também surgiu com fontes de apropriação de terras públicas, onde assim como o estudo desse trabalho, às proximidades de um lixão.

Passados mais quatro anos, em 2017, foram entregues 300 habitações no conjunto Parque Grajaú, no qual foram casas bem mais espaçosas que as anteriores. No dia de 10 de dezembro de 2018¹⁰, foram entregues desta vez, mais 500 unidades no Conjunto habitacional Mirante Falcão localizado na MA-006 sentido Arame. Desta vez, casas mais espaçosas e com possibilidade de crescimento do espaço. Chegamos então, no local da pesquisa desse trabalho, nas adjacências desta unidade habitacional que é um dos bairros mais recentes originado de ocupações de terras, mas esse assunto se estenderá no próximo capítulo.

Nessa abordagem, percebe-se que dos cinco conjuntos entregues três ocasionaram em ocupações de terras em suas adjacências e um houve apenas tentativa, além de que, a maioria foram feitos em terrenos inadequados, e dois desses bairros são considerados os mais perigosos da cidade. Desta maneira, “o que foi produzido em termos de habitação popular concentrou-se quase exclusivamente em um único produto – unidades novas para venda financiada em conjuntos de periferia, deixando parcela considerável da população fora da política [...]”. (MARQUES, 2016 p. 3). Surge, então, o problema da expansão desordenada, de forma que Maricato (1999) expõe que:

A invasão de terras é parte integrante do processo de urbanização no país. Gilberto Freire se refere a ela como prática de 100 anos atrás. A novidade recente, que vem dos anos 80, é que as invasões começam a se transformar: de ocupações gradativas, resultado de ações individuais familiares, para ganhar um sentido massivo e organizado, a partir da crise econômica que se inicia em 1979. Várias cidades brasileiras apresentam, a partir dessa data a ocorrência de ocupações coletivas e organizadas de terra, mais raras nas décadas anteriores. Isto não significa que as ocupações gradativas e espontâneas deixaram de existir. Ao contrário, continuaram a se fazer e a constituir a maior causa da origem da formação de favelas, mas o fato é que passaram, a partir dessa data, a conviver com a nova prática citada. Vamos partir da condição jurídica totalmente ilegal de propriedade do lote para definir o que chamamos aqui de favela. Outras denominações são utilizadas nas diversas regiões do Brasil: “áreas de posse” em Goiânia, “vilas” em Porto Alegre, para nos determos em apenas duas. Os movimentos sociais que lutam pela moradia rejeitam o termo “invasão”, que consideram ofensivo e adotam “ocupação”. Para o que nos interessa aqui, a caracterização jurídica de propriedade é que conta, na definição, já que, somente ela, assegura o direito de permanência no local. (MARICATO, 1999, p. 8-9.)

⁹ Blog Adriana Santana.

¹⁰ Blog Prefeitura de Grajaú.

Maricato (1999), enfatiza, ainda que não é em qualquer área que o estado ou município tolera ocupações, em lugares mais valorizados, por exemplo, o poder de polícia se intensifica e a lei passa a ter efeito, diferente de lugares mais distantes dos centros. Para SILVA (2000, p. 60) “O mais preocupante é que, enquanto se regularizar algumas favelas ou loteamentos irregulares, muito outros aparecem, em conseqüência do aumento do número de excluídos do mercado formal e da falta de políticas municipais e metropolitanas de provisão.”

De encontro ao que a autora fala, inferimos que apesar de a ocupação de terras não ser algo recente, a ocorrência na cidade está mais constante, ao passo que o planejamento não consegue acompanhar tal evento, formando condições precárias de moradias. Para ela, “A falta de dados, que mostra o desconhecimento sobre o tema, já é, por si, reveladora.” (MARICATO, 1999, p. 10).

Perante a proporção de tais apropriações de terras nas imediações das casas populares entregues à população da cidade, seguimos nos seguintes questionamentos: Se a prefeitura outrora já havia feito a distribuição das unidades habitacionais, qual a finalidade dessas ocupações? Será se a seleção foi eficiente? Por que aceitar ocupações de terras se não consegue intervir no bem-estar físico e social da população que ali vive?

Com isso, deduz-se que a diligência de escolha de pessoas não foi eficiente ou que a população está crescendo de uma forma avassaladora onde as políticas habitacionais não conseguem acompanhar esse desenvolvimento. “Áreas de proteção ambiental, não raramente, são priorizadas para ocupação pela população pobre, seja nas favelas ou nos loteamentos irregulares, abertos diante da condescendente (ou inexistente) fiscalização. Não é por ausência de legislação que tal acontece.” (Maricato, 2003, p. 157-158).

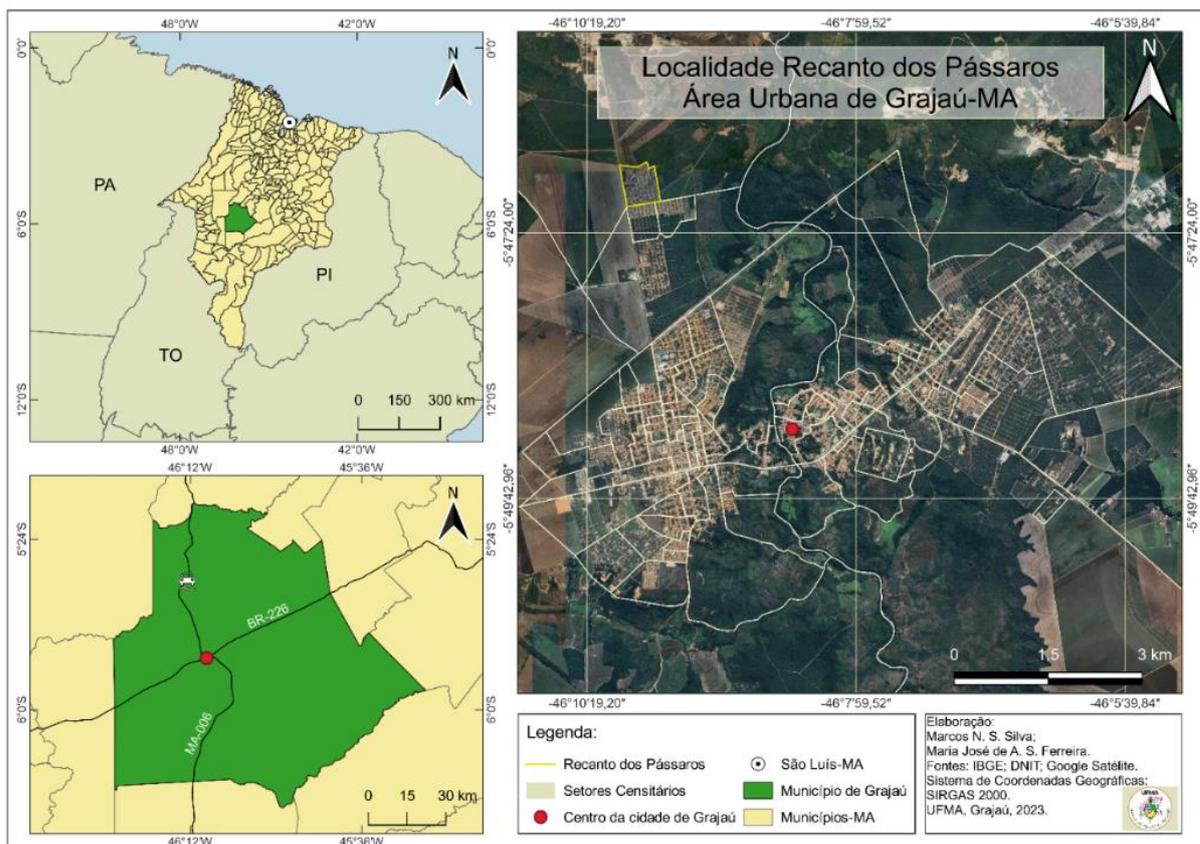
No entanto, segundo Damasceno (2022, p. 84), “a urbanização constitui um movimento gerador de novas demandas. Contudo, situá-lo como o elemento exclusivo na transformação dessas demandas em problema social pode resultar em um reducionismo sobre as questões centrais que o envolvem”. Silva (2000, p. 63) expõe que, para que haja um melhor planejamento urbano, “os municípios precisam passar a entender a política habitacional como parte integrante da política urbana e pensar a política urbana sobretudo como instrumento para a qualidade de vida do conjunto da população”.

CAPÍTULO V

5 O BAIRRO RECANTO DOS PÁSSAROS EM GRAJAÚ/MA

O bairro Recanto dos pássaros está localizado na MA-006 sentido Arame (como iremos visualizar mais adiante no mapa 1), contíguo ao conjunto habitacional Mirante do Falcão, conhecido, também, como “antigo lixão” desativado a 36 anos de acordo com moradores da localidade. Segundo dados obtidos pela secretaria de desenvolvimento social, foram identificadas 71 famílias totalizando 266 pessoas estando 05 casas fechadas.

Mapa 1: Recanto dos Pássaros em Grajaú – MA



Fonte: IBGE; DNIT; Google Satélite.

Levando em considerações esses aspectos, buscou-se saber ainda como ocasionou a formação do bairro através de entrevistas e questionários com as pessoas que tomaram a iniciativa de ocupação e com o Secretário de Regularização fundiária. Os primeiros, argumentam que:

Foi uma luta muito complicada aqui na nossa época de invasão, na era 2016. O executivo não queria deixar a gente aqui, inclusive três vezes nos tiraram daqui. Quando eu voltei, voltei com mais força da câmara de vereadores do município de Grajaú que era 2016 que eu fui candidato, aí a gente conseguiu essa aprovação da câmara dos vereadores e do novo executivo que entrou que ajudou a gente a ficar por aqui. Aqui foi uma luta, problema de água de energia, chegamos até ser expulso por causa de água, pois não queriam conseguir água pra gente, mas devido já ter muita

gente aqui fomos lá e conseguimos a água através de carro pipa, rolou uns 3 anos de carro pipa. Lutamos pela Câmara de novo aí veio o Poço e as demais coisas vem vindo, como a energia que veio gambiarra depois o prefeito mandou o mapeamento para Balsas pra sede da CEMAR nessa época, aí conseguimos a energia. (Informação verbal).

Em virtude dos fatos mencionados, analisa-se que a apropriação da terra aconteceu em 2016, depois de muita insistência dos órgãos responsáveis pela retirada da população que não teve sucesso. Seguindo essa lógica percebemos que: “É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar [...]” (Maricato, 2003, p. 154). Em face da entrevista realizada, observa-se ainda há uma certa influência política que dá essa facilidade a essas situações de modo que:

A maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vem dos governos municipais aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo. [...] Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político. (MARICATO, 2003, p. 157)

Levando em considerações esses aspectos, observa-se que: “no nosso país a terra urbana é tratada como uma mercadoria cara, na mão de poucos proprietários que podem decidir se querem ou não colocá-la no mercado para venda ou locação”. (PINHEIRO, 2012, p.31) Chegando ao segundo ponto do surgimento do bairro; foi realizado um questionário com o secretário de regulação fundiária do qual foi constatado por ele que; o nome concebido como Recanto dos Pássaros partiu dos próprios moradores, sendo anteriormente uma área institucional, que não foi legalizado os lotes pelo município.

No mais foram, famílias do município de Arame e de Grajaú que fizeram a posse dessas terras em virtude do déficit habitacional na cidade. Na localidade, percebe-se a presença de casas simples (figuras: 14, 15, 16, 17) feitas muitas vezes às pressas com um cômodo ou dois, seja pela necessidade imediata de moradia, como também pelas ocupações de lotes por outras pessoas. “Ou seja, o trabalhador pouco qualificado passa toda a vida construindo aos poucos sua casa, com suas economias, sem assistência técnica. Quando consegue construir sua casa em um menor espaço de tempo, as características são precárias.” (PINHEIRO, 2012, p. 33)

Outro fator existente se qualifica pela “ausência de políticas públicas de construção de moradias; mercado especulativo da terra urbana; e baixa renda da maioria da população torna praticamente impossível para o trabalhador pouco qualificado pagar o aluguel ou comprar um imóvel no mercado formal”. (PINHEIRO, 2012, p. 33)



Figura 102: Residência A



Figura 111: Residência B



Figura 129: Residência C



Figura 120: Rua inicial

No que tange, aos planos para o “buraco” do antigo lixão, verificou-se com o questionário que o município tinha a intenção de doar a área, mas como não foi possível retirar as famílias, o setor de limpeza faz a retirada dos resíduos sólidos, produzidos diariamente pelas pessoas. Já com relação aos planos para conter as apropriações de terras indevidas foi indagado que é realizado através de cercamentos dos terrenos e identificações. Para Pinheiro (2012) as cidades se dividem em dois tipos: cidade formal e informal colocando como causa da segunda, a crescente urbanização em que o poder público não consegue fazer esse acompanhamento para criar políticas habitacionais, pois não está preparado para o recebimento desse público.

O bairro conta com alguns serviços que se destinam a população local, contendo uma casa de umbanda (figura 18) onde acontece encontros uma vez por mês com brincadeiras que atraem pessoas de outros bairros; tem um bar (figura 19) que se encontra dentro da localidade

do Recanto dos Pássaros que fica localizado na mesma rua do poço; e apenas um único comércio presente (figura 20). Não foram identificadas praças, farmácias e nenhum outro tipo de serviço além destes. Cabe destacar que as igrejas, apesar de não terem uma estrutura física, acontecem encontros nas casas das pessoas.



Figura 138: Local de culto da Umbanda



Figura 145: Bar do bairro



Figura 150: Mercantil Silva

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

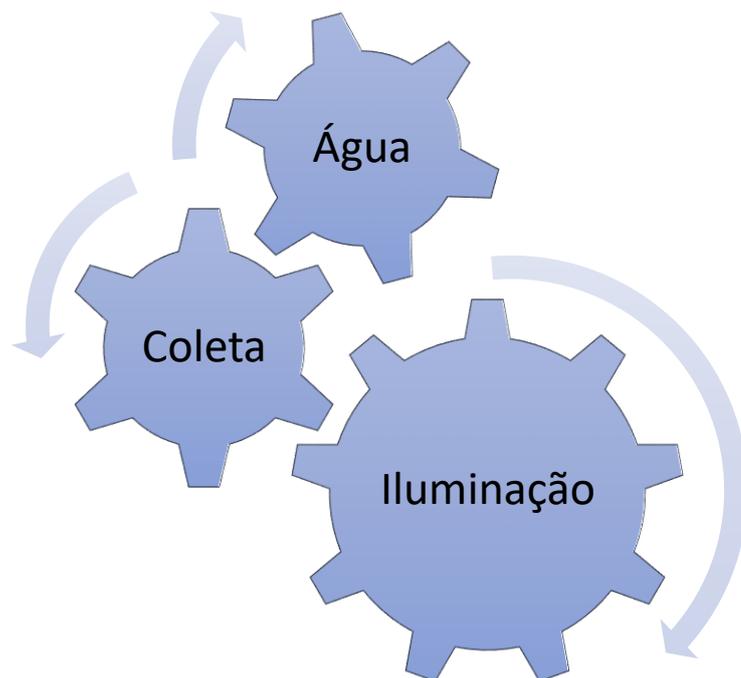
Dentro da localidade do Conjunto do Mirante Falcão, tem um comércio maior que também supre as necessidades das pessoas, só que como não tem muita concorrência, os produtos chegam a ser mais caros. Assim, as pessoas que não tem transporte acaba por não ter opções de compra. Logo, percebe-se uma grande falta de mais atividades econômicas na

localidade, de modo que também venha gerar empregos para a população local e atender a demanda de acordo com a condição econômica de cada morador.

5.1 Caracterização das condições estruturais.

As famílias do bairro já conquistaram alguns dos serviços básicos mais essenciais (quadro 21), entretanto, ainda buscam outros, para terem o mínimo que toda pessoa precisa para viver dignamente. Para Santos (1981) entende-se como processo de estruturação “o fenômeno de diversificação funcional que será aqui entendido como a dinâmica pela qual um determinado seguimento urbano evolui de uma ocupação rarefeita inicial para depois incorporar atividades de comércio, serviços e indústrias, a partir da intensificação da ocupação residencial. (SANTOS, 1981, p. 7).

Figura 151: Serviços básicos disponíveis no bairro Recanto dos Pássaros



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O bairro já conta com serviços de iluminação, também são beneficiados com coleta de lixo que é feita uma vez por semana, as quintas-feiras, mas tem algumas ruas que o caminhão não transita devido as más condições estruturais, tendo os moradores que deixar seus lixos as margens das ruas para que sejam levados.

Com isso, alguns moradores preferem fazer a queima dos seus lixos, emanando gases tóxicos, que prejudicam a respiração tanto dos que não possuem problemas respiratórios como dos que possuem. Tendo em vista dos malefícios causados pela queima desses resíduos sólidos, também é importante que as famílias do bairro se conscientizem sobre o descarte correto do lixo para que não haja piora nas condições físicas decorrentes do lixão desativo que ainda se encontram presentes no espaço, alguns lixos são colocados no buraco maior. (figuras: 22 e 23)



Figura 160: Lixos recentes no antigo lixão



Figura 168: Lixos recentes no antigo lixão

Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A água é de fundamental importância em todos os lugares e para todas as pessoas, sendo um bem indispensável para toda sociedade humana. O bairro conta com um poço (Quadro 1) que abastece toda a população da localidade, quanto a esse recurso a população se encontra satisfeita, assim como a energia elétrica que ilumina bem à noite; entretanto foi relatado que eles acham a água muito acima do valor para a localidade, “para um bairro pobre que nem esse aqui que nós estamos né que ainda não foi pra frente, o talão aqui vem de 80, 90, 100 e lá na rua que já tá muito bem encaminhado, não tem relógio nas portas das casas.” (Informação verbal). Foi entrado em contato com o secretário de infraestrutura e ele relatou a situação demonstrado no quadro 1.

Quadro 2: Entrevista com o secretário de infraestrutura, e poço presente no bairro Recanto dos pássaros.

<p>Quais projetos existentes ou que serão feitos pela secretaria de infraestrutura para beneficiar a população do Recanto dos pássaros?</p>	
<p>A localidade já possui um poço com vasão grande e incluindo este, possui mais dois poços que abastecem o conjunto habitacional Mirante Falcão e um poço que abastece a horta comunitária. Quando há algum problema em um dos poços é interligado aos demais para que ninguém fique sem água. Lá já possui energia elétrica e planos para colocação de piçarra, sem promessas de asfalto, mas que será um dos primeiros bairros a serem beneficiados.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Conforme o mencionado pela fala do secretário de infraestrutura, a população encontra-se bem abastecida com a água disponibilizada, totalizando três poços que são distribuídos entre o Bairro Recanto dos Pássaros e o Mirante Falcão, quando na falta de algum, é feita a conexão aos demais. Também é mencionado energia, que já está instalada e colocação de piçarra futuramente, que é muito esperado pelas pessoas que moram no bairro. Os moradores ainda buscam serviços que os beneficiem na área da saúde pois segundo eles muitos políticos já os visitaram, mas até o momento nada fora resolvido, e para alguns é muito difícil precisar ser socorrido à noite e não ter um celular ou internet para ligar para o SAMU. Segundo a fala do sr. Orlando que é um dos moradores mais antigos, a necessidade de um ACS tá muito grande na localidade.

Já recebemos muita promessa do executivo, do deputado que ganhou, garantiu isso para nós e nós não temos um agente de saúde aqui. Olha ontem eu tive acamado, hoje amanheci mais melhor, porque sou hipertenso, tenho problema de coração, tenho 3 inícios de doenças crônicas, Hanseníase, Anemia, Hernia de disco et al., essa temperatura tá me prejudicando demais. E tudo isso a gente depende de um Agente de Saúde aqui.

Aqui tem umas 8 pessoas deficientes, de uma tal maneira que a mãe tem que tá segurando, aqui também tem muito idoso que necessita desse acompanhamento, pois quando chega no hospital é mal recebido é maltratado, pois a gente não tem um ACS pra acompanhar com as papeladas certinho. (Informação verbal)

Em conversas com o secretário de saúde (quadro 2), há proposta para inauguração de Unidade Básica de Saúde, mas sem data definida. Mas segundo ele será ao lado da quadra poliesportiva do conjunto habitacional Mirante Falcão, que a partir da inauguração virão outros programas voltados a saúde para beneficiar a população das duas localidades e também as vizinhanças.

Quadro 3: Pergunta para a secretário de saúde.

Perguntas para a Secretaria de Saúde	Respostas
Quais projetos de saúde estão sendo ou serão realizados no Recanto dos pássaros localizado ao lado do Mirante Falcão?	- Por enquanto só a UBS, que será utilizado um galpão ao lado da quadra esportiva do conjunto para seu funcionamento, chegando a UBS vai vim vários programas para abranger a comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Uma das necessidades imediatas da população tanto dos Recanto dos Pássaros quanto do Mirante Falcão é uma Unidade Básica de Saúde, no entanto, o local citado pelo secretário de Saúde ainda precisam serem feitas várias adaptações e termino de construção para comportar uma estrutura para a finalidade desejada como podemos observar na figura 24.

Figura 169: Espaço destinado ao posto de saúde.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Para Maricato (2003, p.152) “A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma.” Assim, apesar de alguns serviços já estarem disponibilizados a população eles asseiam por muitos outros que também são indispensáveis. Essa análise nos permite identificar que “a fragilidade corresponde ao

aprendizado da desqualificação social, já que o indivíduo toma consciência da distância que o separa da grande maioria da população.” (MATTOS, 2013, p. 43-44).

Nesse viés, o autor mostra aspectos que nos remete ao bairro relacionado as maiores cobranças elencadas pela população, sendo estas: pavimentação das ruas, escolas, creche, UBS, ACS, Transporte público e Farmácias.

Segundo uma das moradoras “o ônibus escolar que leva os alunos está muito velho, um aluno vai pra escola o banco pá no chão! meu menino mesmo cortou isso aqui no ônibus (sinalizou para a panturrilha) e o banco do ônibus caiu.” (Informação verbal). Em consequência disso, é possível notar que “Historicamente a segregação socioespacial se firmou como uma marca recorrente na consolidação das periferias, onde a precariedade norteou as condições de vida de uma ampla camada da população urbana, exposta a uma grande vulnerabilidade e riscos sociais, que afetam principalmente os jovens.” (MATTOS, 2013, p. 16)

Isso sem contar que a maioria das crianças e jovens que pegam o ônibus para irem as escolas em outros bairros têm que estarem prontas entre 6h a 6h30min para aguardar a espera do ônibus como relata um morador.

Mas o sofrimento aqui tá muito grande, porque essa era todinha, esse condomínio aqui que é o Mirante, vizinho nosso aqui, eles fizeram essas casas aí, os vereadores e o executivo e mais a justiça entregou pra população, mas cadê o posto médico? Cadê a escola para nossos filhos estudar? E hoje em dia nós vive aqui nesse sofrimento, porque nossos filhos vai daqui pra lá, carro quebra. Sai daqui 6h, 6h30min, quando vem chegar aqui é 12h ou 1h do dia, por causa de carro e transporte a criança já chega aqui com muita dor de cabeça por causa desse movimento. (Informação verbal)

Para Maricato (2003, p. 153) “A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso.” O bairro ainda tem muito que se desenvolver, mas de momento, as pessoas só querem o essencial para o bem-estar de toda sua família, dentre esses, uma escola que possa beneficiar os seus filhos que no momento estão indo através de ônibus (figura 26) para as escolas as quais estão matriculados, apesar de ir um acompanhante, os pais não sentem segurança de uma pessoa sozinha acompanhar todas essas crianças. O conjunto habitacional Mirante Falcão contará até dezembro (segundo a placa que acompanha a obra) com uma escola (Figura 25) com 6 salas, para beneficiar a população local, que se encontra em andamento como podemos analisar nas imagens a seguir.

Figura 178: Construção da escola



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 185: Ônibus escolar que faz o traslado dos estudantes.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

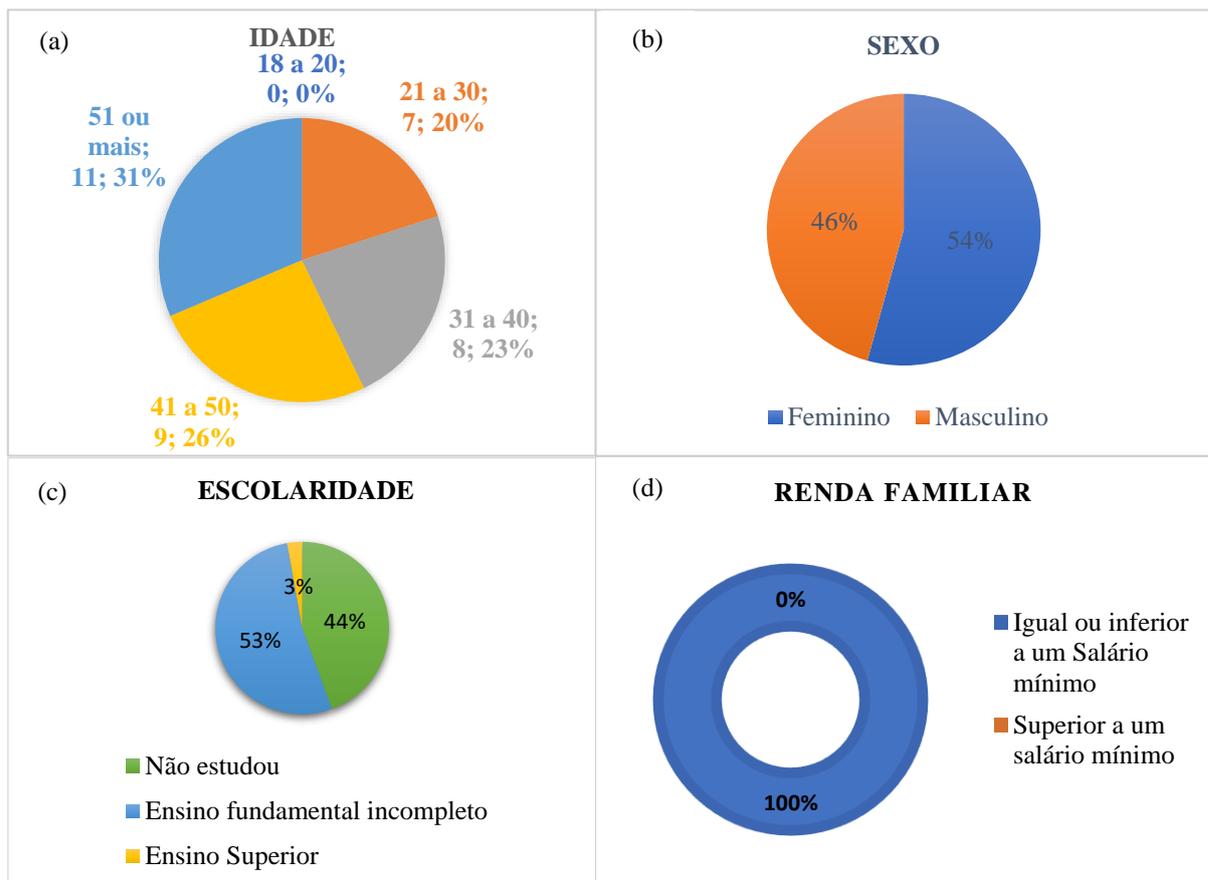
Há ainda ônibus para levar e trazer os alunos das escolas, deixando-os em lugares fixos do bairro; a maioria deles não possui identificação para qual seja a finalidade. No mais, pelo grau da maioria das pessoas entrevistadas, cabe ainda na localidade um espaço escolar que olhe para esse público, que por questões diversas não conseguiram concluir o ensino fundamental. A população acredita muito no desenvolvimento da localidade, mas ainda se sentem excluídos

pela falta de assistência do poder público, que inaugurou o conjunto há anos, além de ceder o espaço a ocupação, mas não deu condições suficientes para o direito à cidade.

5.2 Precarização socioespacial e indicadores de pobreza no bairro Recanto dos Pássaros

Ramos, Silva e Lima (2022, p. 221) explanam que “a diferenciação da cidade no contexto dos fragmentos residenciais diz respeito à qualidade de vida e se desenvolve como reflexo social, isto é, compreende-se como produto das desigualdades econômicas e de poder e que pode ser explicada a partir de onde cada grupo social pode viver e sob quais condições.” No Gráfico 1, temos um quantitativo das pessoas que responderam ao questionário por idade, sexo, Escolaridade e renda; foram realizadas 18 entrevistas com o público masculino (46%), enquanto que para o público feminino 17 (54%).

Gráfico 1: Dados econômicos dos entrevistados: (a) Idade; (b) Sexo; (c) Escolaridade; (d) Renda.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com relação a faixa etária (a) não houve nenhum questionário respondido pelas pessoas entre 18 a 20 anos (0%). já a partir dos 21 anos a 30 anos foram realizados sete (20%), entre 31 a 40 anos oito pessoas (23%). Com a população de 41 a 50 anos nove responderam (26%) e

para os 51 anos ou mais foram um total de 11 pessoas (31%). Houve um aumento gradativo de respostas conforme as idades iam aumentando e alternado entre homens e mulheres. Quanto a escolaridade, somente 3% possuem ensino superior (1 pessoa), enquanto que 44% (16 pessoas) não estudaram e 53% (19 pessoas) não terminaram o ensino fundamental.

Referente a renda (d) das pessoas que vivem no bairro, mostra-se que das 35 pessoas que responderam ao questionário todas recebem salários inferiores a um Salário mínimo totalizando 100% dos entrevistados, além de que, as profissões mais mencionadas foram de lavradores e donas de casa. De encontro com o exposto, analisamos que [...] “os espaços físicos da segregação social, introjetados no imaginário coletivo, correspondem a características impostas pela própria estrutura urbana que gera a segregação e que afeta principalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas, estabelecida a margem das oportunidades geradas pela “modernidade”.” (MATTOS, 2013, p. 16) Dia 04 de maio de 2023, a equipe de profissionais da SEDES, composta por assistentes sociais, visitadores, coordenadores e técnicos realizaram visitas as famílias do Recanto dos Pássaros bairro situado na área urbana do município de Grajaú, para realizar um diagnóstico dos dados sociais da comunidade, suas demandas e reivindicações. No quadro 3, mostra os tipos de assistência social que as pessoas do bairro têm, evidenciando os programas que estão inseridos.

Quadro 4: Assistência social disponível no bairro.

<i>Quantidade</i>	Tipos de assistência
46	Famílias inclusas no cadastro único
05	Não possuem cadastros
01	Família necessita estar incluída (já encaminhada)
33	Famílias beneficiárias de PBF
09	Não são beneficiários
05	Beneficiários de BPC

Fonte: Arquivos da secretária de ação social (2023).

A quantidades de famílias inclusas no cadastro único é um quantitativo de 64% de famílias que as levam para outros programas disponibilizado pelo governo como: Programa Bolsa Família, Tarifa social de energia elétrica, carteira da pessoa idosa e Benefício de Prestação Continuada, em que idosos e pessoa com deficiência também devem está cadastrado para que possam ser incluídos em outros programas.

Em conversa com os moradores, percebe-se o anseio por representantes políticos que lutem pelos direitos deles enquanto cidadãos. Segundo Rezende (2012, p. 330) “Para os pobres, cada vez mais, a cidade enquanto desejável território de realizações e do desejo por dias melhores, paulatinamente sucumbe aos sinais de negação, seletividade socioespacial, precarização social e erosão de direitos.”

Muitos dos moradores que estavam no início da ocupação, hoje, não estão mais lá; dos questionários aplicados foram localizadas apenas três pessoas que moram desde 2016, ano de início do bairro; outras 17 estão morando de quatro a cinco anos; e 15 pessoas estão residindo na localidade de um mês a dois anos. A maioria da população está satisfeita em morar lá por causa da tranquilidade e por ver a evolução do bairro que está começando, mas trazem algumas desvantagens como apresentado nas perguntas (Quadro 4).

Quadro 5: Perguntas sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Bairro.

Perguntas	Respostas
Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores?	<ul style="list-style-type: none"> - Aqui é tudo difícil, muito distante das coisas, não temos um transporte para ir pra ir pra rua. - A distância para ir resolver as coisas, tenho que pagar taxi, 50 pra ir e voltar pois não tenho carro e não tenho condições de ir a pé ou de moto. - Área da saúde para fazer encaminhamento de crianças com síndromes, que tem muitas no bairro, e trabalho, pois não tem emprego.

Fonte: Dados do questionário (2023).

Como relatado, a distância em busca de assistência básica, principalmente com relação a saúde é muito buscado pela comunidade do bairro e a falta de empreendimentos que gerem emprego para a população local. “Na cidade-mercadoria, diante das barreiras visíveis e invisíveis que definem territorialidades distintas que se negam e se complementam, a predominância da ideologia do individual sobre o coletivo e do privado sobre o público fragmenta, isola e enfraquece os laços sociais, reafirmando as distâncias físicas e sociais.” (REZENDE, p. 329).

Outra preocupação constante que os moradores sofrem diz respeito ao deslocamento para outras áreas da cidade; muitos não têm transporte e se submetem a ir a pé ou bicicleta ao centro da cidade, quando não encontram carona, outra parcela menor possui moto e apenas dois dos entrevistados dizem ter carros próprios, mas que são velhos e dão muitos defeitos, ficando em maior parte parados. Com isso, eles também pedem transporte público para o bairro para que possa ser realizado esse traslado e facilitar suas vidas para ir a um posto de saúde que não

tem na localidade, ir em reuniões escolares, ir para hospital, resolver suas pendências e obrigações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa perpetrada possibilitou termos um conhecimento sobre a gama de particularidades que o urbano nos possibilita observar, não somente o espaço físico, como também, as relações sociais presentes. Quando no início deste trabalho de pesquisa atestou-se que a expansão urbana da cidade verificando o caso do bairro Recanto dos Pássaros, vem se conduzindo sem planejamento mediante ocupações irregulares de terras, com ausência do poder público limitada. Sendo importante analisar a troca de rural para urbano e como esse desenvolvimento impacta na vida, em especial da população mais carente.

A urbanização da cidade de Grajaú, traz consigo as marcas da ausência de políticas públicas de planejamento, para que, seu processo de expansão de crescimento populacional ocorra de forma inclusiva, de forma, que não interfira na qualidade de vida de seus moradores é preciso que ocorra maiores investimentos em habitações buscando comportar esse público.

Posto isso, a pesquisa teve como objetivo geral: analisar o processo de expansão urbana da cidade de Grajaú/MA, tendo como foco o Bairro Recanto dos pássaros, bem como os problemas socioespaciais decorrentes da ocupação desordenada e da ausência de políticas públicas que atenuem esse processo. Constata-se que o objetivo geral foi atendido, pois o trabalho conseguiu identificar como se originou o bairro e que a maioria dos moradores apesar de gostarem de morar lá, antes não tinham casa próprias ou outro lugar pra ir fazendo com que fixassem residência na localidade.

Ademais, as casas planejadas pelo PMCMV entregues em 2011 também sofreram e sofrem pela ausência de alguns serviços básicos, todavia, acaba impactando em maior intensidade no bairro Recanto dos Pássaros por ter originado de forma espontânea. Com isso, a falta de alguns serviços e infraestrutura adequada são transformados em promessas que instigam a esperança dos moradores para que sejam cumpridas.

O objetivo específico inicial: verificar os principais problemas ocasionado pela expansão desordenada na cidade de Grajaú/MA e como isso tem interferido na qualidade de vida da população grajauense; foi atingido, na medida que foram se desenrolando ao longo do texto e nas falas dos próprios moradores sobre a situação local. O segundo objetivo específico: identificar os fatores que levaram à ocupação, de forma desordenada, do bairro Recanto dos Pássaros na cidade de Grajaú/MA, bem como o mesmo encontra-se estruturado; foi alcançado

por meio das conversas com o secretário de regularização fundiária, assim como, pelas falas dos “fundadores do bairro”.

Já no terceiro objetivo específico: revelar a problemático socioespacial presente na localidade; também foi atingido, mediante investigação com os moradores que possibilitou verificar os maiores anseios que a população vem buscando para o bairro, uma vez que se verificou que se tem acesso ao urbano, mas não a cidade e aos serviços disponíveis no núcleo.

Durante o trabalho verificou-se que o bairro Recanto dos Pássaros apresenta alguns problemas socioespaciais em decorrência da ocupação em desordem, em que as políticas públicas não conseguem acompanhar esse processo, atendendo apenas alguns dos serviços mais essenciais, como: água, energia, e coleta em algumas ruas. No mais, foi convalidado que existe muita carência de outros serviços também indispensáveis. Os dados coletados pelos questionários e entrevistas deram-se no mês de julho e agosto tendo como base temas voltados para o espaço urbano utilizando de pesquisas bibliográficas; idas a campo para coletar entrevistas com os moradores; ACS e falas com os secretários responsáveis por algumas das políticas públicas que possa ser destinada ao bairro.

Diante da metodologia proposta percebe-se que as perguntas para os órgãos responsáveis poderiam abranger ainda a outras secretarias municipais, tendo em vista as questões ambientais que também são relevantes para o bairro que antes se encontrava em um lixão e por possuir alguns lotes com uma grande quantidade de mato, servindo de esconderijos para animais peçonhentos. Além disso, a ampliação do tema é possível, buscando elencar novos aspectos ou complementar os tópicos existentes em especial no subtópico, “Área central e descentralizada do espaço urbano”, que mostra o destaque que o bairro canoeiro vem ganhando com o passar dos anos, fazendo a descentralização, tal como criações únicas e mais desenvolvidas que alguns serviços e atividades econômicas do centro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. (2007). “**A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas.**” In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 09, n. 02. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v9_n2.pdf . Acesso em: 28 de Mar. de 2021.
- ADRIANA SANTANA. Grajaú, 8 de abril de 2013. Disponível em: <http://adrianaradialista.blogspot.com/2013/04/caixa-economica-e-prefeitura-realizam.html>. Acesso em: 2 de maio de 2023.
- AMORIM, Filho O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **RA’EGA**, Curitiba: UFPR, n.13, p.7-18, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/raega.v13i0.7784>. Acesso em: 4 de fev. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 22 de jan. de 2023
- BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.
- BELLINGIERI, J. C. Cidades Protomédias: Proposta De Uma Nova Categoria Na Classificação Das Cidades Na Literatura Geográfica. Estudos Geográficos: **Revista Eletrônica de Geografia**, v. 15, n. 2, p. 154–170, 2018.
- BESSA, Kelly. Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, vol. 8, n. 1, jul. 2012. K. Bessa. 147-165.
- BRASIL. **Lei n 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, 2009.
- BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. -1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles**, 2018. 356 p.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda habitacional no Brasil. (Cartilha)**. Brasília: CAIXA, 2011.
- CARLOS, Ana fani Alessandri. **A cidade**. 8. Ed. 1 reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2007.

- CASTELL, M. A questão Urbana. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4º Ed. São Paulo: Editora Ática, 2004, 94 p.
- CORRÊA, R. L. AS PEQUENAS CIDADES NA CONFLUÊNCIA DO URBANO E DO RURAL. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 4 fev. 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS**. Prefácio Milton Santos. -3º ed. -Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2005; 304p.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos**. In: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M. ; SILVEIRA, M. L. (Org). América Latina: cidade, campo e turismo. São Paulo, CLACSO, 2006.
- DAMASCENO, Bárbara Caetano. **Habitação social e desenvolvimento urbano em cidades médias**. - Bauru, SP: Canal 6, 2022. ePub3.
- SÍNCRONO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. **Porto: 7Graus**, 2023. Disponível em: [<https://www.dicio.com.br/sincrono/>]. Acesso em: 01/02/2023.
- DIAS, L. C. (2005). **Os sentidos da rede: notas para discussão**. In: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L da (orgs.). Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, p. 11-28.
- DIAS, L. C. **Rede geográfica. Conceitos fundamentais da Geografia**. GEOgraphia, Niterói, v.22, n.49, p.1-6, 2020.
- DINO, Sálvio. **Raízes Históricas de Grajaú**. São Luís: Sioge, 1985.
- DOMINGOS, Thiago Augusto. **Geografia urbana**. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2015. 224 p.
- FRESCA, Tânia Maria. CENTROS LOCAIS E PEQUENAS CIDADES: diferenças necessárias. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, vol. 9, núm. 20, septiembrediciembre, 2010, pp. 75-81. Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil.
- GOMES, Paulo Cesar da COSTA. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002, 304p.
- ROCHA, Rosimary Gomes. **Ser e viver o Sertão: memória e identidade sertaneja no sul do Maranhão (1950-2017)**. Tese de Doutorado-geografia. Universidade Federal de Pernambuco 6 de dez. de 2017, 287p.
- GRAJAÚ. **LEI nº124 de 14 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo e dá outras providências. Disponível em:

<https://transparencia.grajau.ma.gov.br/acesoInformacao/institucional/institucional>. Acesso em 12 de jun. de 2023.

GRAJAÚ. Lei municipal nº075 de 2008. DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ DO ESTADO MARANHÃO E TRATA DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <https://transparencia.grajau.ma.gov.br/acesoInformacao/institucional/institucional>. Acesso em 12 de jun. de 2023.

JAPIASSÚ, L. T.; LINS, R. D. B. **As diferentes formas de expansão urbana.** *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 2, n. 13, nov. 2014. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/articloe/view/764. Acesso em: 29 Abr. 2021.

LOPES, W. M. J.; SANTOS, R. C. B. Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia: UFU, v.21, n.3, p.351-359, dez. 2009.

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – **IMESC**. São Luís: IMESC, 2020.

IBGE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Grajaú: IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/grajau/historico>. Acesso em: 29 de Março de 2022.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Ferreira, Jurandir P. (Presidente do IBGE). Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1959.

IBGE. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil**. Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro : IBGE, 2023. 174p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de Influência das Cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 192 p.

LEFEBVRE. Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2009b.

MANUAL ABNT: Regras gerais de estilo e formatação de trabalhos acadêmicos / Centro Universitário Álvares Penteado-FECAP, Biblioteca FECAP – Paulo Ernesto Tolle. – 5.ed., rev. e ampl. São Paulo: Biblioteca. FECAP Paulo Ernesto Tolle, 2021. 109 p.; PDF.

MARQUES, E. **Condições habitacionais e urbanas no Brasil**. In: ARRETCHE, M. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2016.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira..também nas cidades. **Cultura Vozes**, v. no/dez. 1999, n. 6, p. 7-22, 1999T. <Acesso em: 18 jan. 2023>.

MARICATO, Ermínia. O MINISTÉRIO DAS CIDADES E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URANO. **Políticas sociais – acompanhamento e análise** | 12 | fev. 2006.

MARICATO. ERMÍNIA. Metrópole, legislação e desigualdade. **ESTUDOS AVANÇADOS** 17 (48), 2003

MINISTÈRIO DA SAÛDE. **PORTARIA Nº 397, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, nº 5 de 28 de setembro de 2017, e nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa Saúde na Hora, no âmbito da Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0397_16_03_2020.html. Acesso em: 26 de ago. de 2023.

NOGUEIRA, M.; GARCIA, R. A. A inserção das cidades médias na rede urbana brasileira. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 61–71, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1152>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MATTOS, Rosana Ferreira da Silva. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória; **EDUFES**, 2013. 216 p.

OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 146 p.

ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. **Revista de História Regional**, 12(1): 175-195, 2007.

PACHÊCO FILHO, A. K. G. VAREIROS DO RIO GRAJAÚ. **História Revista, Goiânia**, v. 14, n. 2, 2010. DOI: 10.5216/hr.v14i2.9515. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/9515>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PEQUENO, R. Políticas Habitacionais, Favelização e Desigualdades Sócio-Espaciais nas Cidades Brasileiras: Transformações e Tendências. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía Y Ciências Sociales Universidad de Barcelona**. v. 12, n 270, p.35. 2008.

PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. – Brasília: **Ipea**, 2011. 490p.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.128p. : il.

PREDEITURA DE GRAJAÚ MARANÃO. Prefeitura de grajaú – Habitação: Retrospectiva das ações 2020. **YouTube**, 16 de mar. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/tefBtfoYIHw?si=4vGpF9DiJ2B0zLNH>. Acesso em: 12 de ago. 2023.

PREDEITURA DE GRAJAÚ MARANHÃO. Entrega de casas do Conjunto habitacional Mirante Falcão. **YouTube**, 13 de dez. 2018. Disponível em: https://youtu.be/MG_0coRs4Ac?si=0ZkdxYUMLrIwCG0n. Acesso em: 12 de ago. 2023.

PREFEITURA DE GRAJAÚ. Grajaú, 13 de Dezembro de 2018. Disponível em: <https://grajau.ma.gov.br/noticias/noticias/exibe/0014731-entrega-de-casas-do-conjunto-habitacional-mirante-do-falcao>. Acesso em: 2 de maio de 2023.

RAMOS, Ageane Alves; SILVA, Fredson Bernardino Araújo da; LIMA, Marcos Castro de. Processo de Segregação e diferenciação Socioespacial em Manaus – AM. *Revista Política e Planejamento Regional*. – Rio de Janeiro – vol. 9, nº2, maio – agosto de 2022, p. 200 -243.

REGIC. Regiões de influência das cidades: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : **IBGE**, 2020.192 p.

REZENDE, Aldo. Bolhas urbanas: Estado, política habitacional e confinamento dos pobres. *Terr@*, Ponta Grossa, v.6, n. 2, p 327-338 jul. /dez. 2012.

ROCHA, Altamar Amaral; FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **Produção do espaço urbano em cidades pequenas e médias: mobilidade e agentes, escalas e processos**. Vitória da conquista: Edições UESB, 2020.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.
SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Sergio Roberto Lordello dos. **Expansão Urbana e Estruturação de Bairros do Rio de Janeiro: O Caso de Botafogo**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1981. 225p.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, H. M. B. Políticas de Habitação e Preço da Terra. **Revista Oculum**, número especial sobre Gestão da Terra e Habitação de Interesse Social. Campinas: FAU/Puccamp, 2000.

SILVA, L. E. da. AS MÚLTIPLAS FACES DO ESPAÇO URBANO NO ESTUDO DA GEOGRAFIA. **Revista Da Faculdade De Educação**, nº 15 (jan./jun. 2011), p. 29–42.

SOBARZO, O. As cidades médias e a urbanização contemporânea. *Cidades, Presidente Prudente*, v.5, n.8, p.277-92, jun./dez. 2008.

SOUZA, Eloisio Moulin de. Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2014. 296 p.

SOUZA, M. V. M. **Cidades Médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG)**. Universidade Federal de Uberlândia, 2009. (PPGEO/IG/UFU/Dissertação de mestrado em Geografia).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. (2ª Edição, Volume 1), São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

VIEIRA, A. B.; ROMA, C. M.; MIYAZAKI, V. K. Cidades Médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.29, 2007.

APÊNDICES



APEÊNDICE A – Questionário destinado a população do bairro Recanto dos Pássaros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE TCC

DISCENTE: MARIA JOSÉ DE AGUIAR SILVA FERREIRA

TEMA – O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA: o caso do Bairro Recanto dos Pássaros em Grajaú-MA

DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Nome:

Sexo: () F () M

2. Profissão:

4. Idade: () 18 a 20 () 21 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () 51 ou mais

5. Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Outros _____

6. Há quanto tempo reside nesse bairro?

7. O que levou/ocasionou a sua vinda para o bairro?

8. Está satisfeito(a) em morar aqui? () Sim () Não

9. Quais as vantagens e desvantagens de morar nesse bairro?

10. O que falta no bairro?

11. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores?

12. Qual o índice de violência?

() Pouco frequente () Nenhum () Muito Frequente

13. Como é o deslocamento dos moradores para outros locais da cidade?

A pé Ônibus Carro Bicicleta Carona Outros.
Quais _____

14. Possui água encanada? De onde vem?

Não Sim: _____

10. Como é feito o descarte do lixo dessa residência? Queimado Coletado Enterrado Outros

11. Sabendo-se que antes fora aqui um lixão, você percebe alguma influência desse lixo para sua saúde? Sim Não

12. Que fatores de risco você considera os mais importantes, entre os abaixo relacionados:

- contaminação do solo
- contaminação da água
- emissão de gases tóxicos
- violência e roubos
- presença de insetos nocivos
- outros; quais? _____

Obrigada pela sua contribuição na pesquisa!

APÊNDICE B – Questionário para o Secretário de Regularização Fundiária



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE TCC

DISCENTE: MARIA JOSÉ DE AGUIAR SILVA FERREIRA

TEMA – O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA: o caso do Bairro Recanto dos Pássaros em Grajaú-MA

1. Sobre a Localidade Recanto dos Pássaros, localizado ao lado do Mirante Falcão, o município legalizou os lotes? Qual a situação atual daquela área?
 Não.
 É uma área institucional que foi invadida.
2. Quanto ao nome da localidade “Recanto dos Pássaros” a prefeitura teve influência ou partiu dos moradores?
 Os moradores deram o nome.
3. Têm-se a informação de como surgiu a ocupação, tendo em vista que a pouco tempo antes foram entregues mais de 500 unidades habitacionais?
 Famílias de Grajaú e Arame invadiram a área pois existe um déficit habitacional nesse municípios
4. Como é considerado essa localidade para o município ? Área urbana? Rural? Outros?
 Urbana.
5. Quais projetos a prefeitura vem buscando para a localidade com relação a regularização da Área?
 Energia elétrica por intermédio da prefeitura, poço artesiano.
 E previsão para pavimentação das ruas.
6. Quais os planos para a área onde entra-se as maiores quantidades de lixo caso o terreno seja cedido para a população?
 O município tinha intenção de doar a área, e como não foi possível retirar as famílias, o setor de limpeza faz retirada dos resíduos sólidos.
7. Quais os planos que a prefeitura vem buscando para conter ocupações irregulares de terras dentro do município?
 Cercando os lotes e identificando.
8. A secretária tem um balanço de quantos bairros dentro das cidades ocasionaram de ocupações irregulares? Quais são eles?
 1 – Vila Boa Esperança no Bairro Extrema.
 2 – Recanto dos Pássaros.
 3 – Vila Eletronorte.

APÊNDICE C – “Fundadores do bairro”



APÊNDICE D – Buraco do antigo Lixão



APÊNDICE E – Rua de passagem antes bloqueada



APÊNDICE F – Buraco do lixão ligado a MA-006



ANEXOS

ANEXO A – Relatório do Bairro da Secretária de Assistência Social

ESTADO DO MARANHÃO
Prefeitura Municipal de Grajaú
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
CNPJ/MF 14.147.865/0001-90

RELATÓRIO

NO DIA 04 DE MAIO DE 2023, A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DA SEDES, COMPOSTA POR ASSISTENTES SOCIAIS, VISITADORES, COORDENADORES E TÉCNICOS REALIZARAM VISITAS, IN LOCO, ÀS FAMÍLIAS DO RECANTO DOS PÁSSAROS, BAIRRO SITUADO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ, PARA REALIZAR UM DIAGNÓSTICO DOS DADOS SOCIAIS DA COMUNIDADE, SUAS DEMANDAS E REINVIDICAÇÕES.

I. QUANTAS FAMÍLIAS FORAM IDENTIFICADAS?
71 – FAMÍLIAS, TOTALIZANDO 266 PESSOAS.
- SENDO QUE 05 CASAS SE ENCONTRAVAM FECHADAS, SEGUNDO O RELATO DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS.

II. QUAIS FORAM AS MAIORES COBRANÇAS?
62 – AS FAMÍLIAS SOLICITAM: PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS, ESCOLA, CRECHE, UBS, AGS, TRANSPORTE PÚBLICO E FARMÁCIA POPULAR.

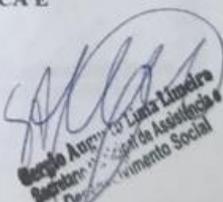
III. ACESSO A ASSISTÊNCIA SOCIAL?
46 – FAMÍLIAS INCLUSAS NO CADASTRO ÚNICO;
05 – NÃO POSSUEM CADASTROS;
01 – FAMÍLIA NECESSIA ESTAR INCLUÍDA (JÁ ENCAMINHADA);
33 – FAMÍLIAS BENEFICIARIAS DE PBF;
09 – NÃO SÃO BENEFICIÁRIOS;
05 – BENEFICIÁRIOS DE BPC;
24 – POSSUEM TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA;
05 – CARTEIRAS DA PESSOA IDOSA.

IV. NECESSIDADE ADICIONAIS?
07 – FAMÍLIAS PEDEM A IMPLANTAÇÃO DE UMA FARMÁCIA POPULAR, OU INCENTIVO A INVESTIDORES LOCAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA FARMÁCIA PARTICULAR NO SENTIDO DE SUPRIR SUAS NECESSECIDADES.

V. NECESSIDADES IMEDIATAS?
- AGENTES DE CONTROLE DE ENDEMIAS, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS.

DIAGNOSTICO FINAL:
COM A REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO FOI IDENTIFICADO QUE AS MAIORES NECESSIDADES DA COMUNIDADE ESTÃO VOLTADAS A FALTA DE ASSISTÊNCIA NA SAÚDE BÁSICA DA POPULAÇÃO, NA EDUCAÇÃO BÁSICA E INFRAESTRUTURA.

Endereço: Rua Patrocínio Jorge, 61, Centro.
CEP: 65940-000 Grajaú-MA
E-mail: cadunicosedes@gmail.com


Geórgio Augusto Lima Lima
Assistente Social
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social